

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
Faculdade de Direito e Relações Internacionais - FADIR
Curso de Relações Internacionais

Lorena Souza Silva Vaz

A influência do imperialismo estadunidense sobre a política externa brasileira durante os governos Costa e Silva e Bolsonaro.

Dourados - MS
Maio de 2023

Lorena Souza Silva Vaz

A influência do imperialismo estadunidense sobre a política externa brasileira durante os governos Costa e Silva e Bolsonaro.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora da Universidade Federal da Grande Dourados, como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Déborah Silva Do Monte

Dourados - MS
Maio de 2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

V393i Vaz, Lorena Souza Silva

A influência do imperialismo estadunidense sobre a política externa brasileira durante os governos Costa e Silva e Bolsonaro [recurso eletrônico] / Lorena Souza Silva Vaz. -- 2023.
Arquivo em formato pdf.

Orientadora: Déborah Silva do Monte.

TCC (Graduação em Relações Internacionais)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2023.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Política externa. 2. Imperialismo. 3. Brasil. 4. Estados Unidos. I. Monte, Déborah Silva Do.
II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Em 03 maio de 2023, compareceu para defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso, requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, a aluna **Lorena Souza Silva Vaz** tendo como título “**A influência do imperialismo estadunidense sobre a política externa brasileira durante os governos Costa e Silva e Bolsonaro**”.


Constituíram a Banca Examinadora os professores **Dra. Déborah Silva do Monte** (orientadora), **Me. Arthur Pinheiro de Azevedo Banzatto** (examinador) e **Dr. Carlos Roberto Staine Prado Filho** (examinador).

Após a apresentação e as observações dos membros da banca avaliadora, o trabalho foi considerado aprovado.

Por nada mais terem a declarar, assinam a presente Ata.


Observações: _____

Assinaturas:


Documento assinado digitalmente
 DEBORAH SILVA DO MONTE
Data: 05/05/2023 09:16:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. Déborah Silva do Monte

Orientadora

Documento assinado digitalmente
 ARTHUR PINHEIRO DE AZEVEDO BANZATT
Data: 05/05/2023 10:53:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Dr. Me. Arthur Pinheiro de Azevedo
Banzatto**

Documento assinado digitalmente
 CARLOS ROBERTO STAINE PRADO FILHO
Data: 05/05/2023 13:00:13-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. Carlos Roberto Staine Prado Filho
Examinador

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à minha mãe, que abriu mão de muitas coisas em sua vida para poder me criar da melhor forma que sabia, por ter investido tanto nos meus estudos e por ser meu amparo sincero. Também agradeço à minha gatinha Lili, que sempre me traz conforto e descontração com suas maluquices.

Agradeço aos professores e professoras que conheci durante esses anos na UFGD, principalmente aos docentes da FADIRI que me ensinaram muito além do que consta nos planos de ensino. Agradeço à minha orientadora, Déborah, pela gentileza de ensinar fazendo com que o outro se sinta acolhido e por todas as orientações em relação a este trabalho.

Também agradeço aos meus amigos pelas memórias e experiências durante esses anos, em especial à Maria Tereza e Plínio que me ouviram e me aconselharam durante a escrita do trabalho. Agradeço também à Vitória, minha companheira, pelo apoio, por sempre acreditar em mim e me incentivar, o final de um dia de stress ao seu lado se torna leve e calmo.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar as definições sobre imperialismo e entender como os Estados Unidos exerceu sua força imperialista sobre o Brasil durante o governo de Costa e Silva (1967 - 1969), dando ênfase à influência na política externa brasileira, e como a ligação entre Donald Trump, ex-presidente estadunidense, e o ex-presidente brasileiro Jair Bolsonaro (2018 - 2021), incidiu sobre a política doméstica e externa brasileira. O presente trabalho é dividido em três capítulos, que incluem temas como a definição do capitalismo, as definições de imperialismo, a política externa dos Estados Unidos durante e após a Guerra Fria, durante o século XXI, a política externa brasileira nos períodos de 1956 - 1969 e de 2018 - 2021, o alinhamento do governo Costa e Silva com os Estados Unidos e a ligação de Jair Bolsonaro com Donald Trump. Outros dados foram retirados de pesquisas documentais e documentos oficiais.

Palavras-chave: Política externa; Imperialismo; Estados Unidos; Brasil.

ABSTRACT

This monograph aims to present the definitions of imperialism and understand how the United States exercised its imperialist force over Brazil during the Costa e Silva government (1967 - 1969), emphasizing its influence on Brazilian foreign policy, and how Donald Trump and Jair Bolsonaro's connection, former US president and former Brazilian president (2018 - 2021), affected the Brazilian domestic and foreign policy. The present work is divided into three chapters, which include topics such as the definition of capitalism, the definitions of imperialism, the foreign policy of the United States during and after the Cold War along the 21st century, the Brazilian foreign policy from 1956 to 1969 and from 2018 to 2021, the alignment of the Costa e Silva government with the United States and the link between Jair Bolsonaro and Donald Trump. Other data were taken from documental research and official documents.

Keywords: Foreign Policy; Imperialism; United States; Brazil.

SUMÁRIO

Lista de abreviaturas e siglas	8
Introdução	9
1: Definições de Imperialismo	
1.1 Capitalismo, modernidade/colonialidade.....	11
1.2 O imperialismo de Lenin: estágio superior do capitalismo.....	13
1.3 O imperialismo contemporâneo: discussões conceituais.....	15
1.4 O imperialismo estadunidense.....	17
2: Estados Unidos: política externa e articulação internacional	
2.1 A política externa dos EUA para a América Latina.....	23
2.2 Política externa estadunidense durante a Guerra-fria.....	29
2.3 Articulação dos Estados Unidos sobre o golpe militar de 1964 no Brasil.....	32
2.4 A política externa dos Estados Unidos após a Guerra-Fria e o novo inimigo estadunidense após o 11 de setembro de 2001.....	41
2.5 A política externa dos EUA de 2009 a 2021.....	45
3: O alinhamento do governo Costa e Silva com os Estados Unidos e do governo Bolsonaro com Donald Trump	
3.1 Política externa brasileira nos períodos de 1956 a 1969 e de 2018 a 2021.....	50
3.2 O alinhamento do governo Costa e Silva com os Estados Unidos.....	61
3.3 A ligação de Jair Bolsonaro e seu governo com Donald Trump.....	64
Considerações finais	69
Referências	71

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AL	América Latina
Alca	Área de livre comércio das Américas
ALALC	Associação Latino Americana de Livre Comércio
ALpro	Aliança para o Progresso
Amforp	<i>American & Foreign Power</i>
BIRD	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
CIA	Agência Central de Inteligência
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
G7	Grupo dos Sete
GATT	Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio
IA	Iniciativa para as Américas
ITT	<i>International Telephone & Telegraph</i>
Jango	João Goulart
JK	Juscelino Kubitschek
Nafta	Tratado Norte-Americano de Livre-Comércio
NSS	Estratégia Nacional de Segurança
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEA	Organização dos Estados Americanos
Ois	Organizações internacionais
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
ONGs	Organizações não Governamentais
OPA	Operação Pan-Americana
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PEI	Política Externa Independente
TED	Tratamento especial diferenciado
TIAR	Tratado Interamericano de Assistência Recíproco
TNP	Tratado de Não-Proliferação Nuclear
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

INTRODUÇÃO

A partir do capitalismo surgiu a colonização e o imperialismo e, segundo Bugiato (2021, p. 75), para compreender o imperialismo é necessário entender o capitalismo. Nas palavras do autor, "[...] falar em imperialismo é tratar de capitalismo; assim como falar de relações internacionais é falar de capitalismo" (BUGIATO, 2021, p. 75). Através do imperialismo as grandes potências possuem influência para intervir na política doméstica e externa dos países de terceiro mundo, porém, existem diversas definições a respeito do imperialismo.

Desta forma, pretende-se analisar como o imperialismo, resultado do modo de produção capitalista de uma superpotência afeta e influencia diretamente a política externa e também doméstica de um país de terceiro mundo. Sendo assim, *como o imperialismo estadunidense influenciou e afetou a política externa do governo Costa e Silva e como a ligação entre Jair Bolsonaro e Donald Trump influenciou a política externa brasileira?* Essa é a pergunta que este trabalho busca responder.

Justifica-se a escolha de utilizar os governos de Costa e Silva e Bolsonaro considerando características, similaridades e diferenças presentes entre os dois governos.

O governo de Costa e Silva ocorreu durante a Guerra Fria, sendo o segundo presidente do Brasil durante a ditadura militar. No governo de Costa e Silva houve até certo ponto uma pequena ruptura em relação à política externa do governo anterior, o qual manteve-se sempre alinhado com os Estados Unidos. A escolha de utilizar o segundo presidente do Brasil no período da ditadura militar também ocorreu devido à questão da política externa de Costa e Silva não ser a mais estudada em relação à interação com os Estados Unidos.

O governo de Jair Bolsonaro possui características muito distintas de Costa e Silva, Bolsonaro se tornou presidente do Brasil em 2018 sendo eleito democraticamente, seu governo e sua política externa alinharam-se automaticamente com o governo de Donald Trump, ex-presidente estadunidense, as semelhanças entre Bolsonaro e Trump e o alinhamento evidenciam a expansão da extrema-direita no Século XXI.

Costa e Silva e Jair Bolsonaro se assemelham ao reconhecerem os Estados Unidos como figura importante para o Brasil, sendo os EUA um dos principais países que importam produtos brasileiros e contribuem para a economia. A diferença mais marcante entre ambos governos se dá ao fato de que Costa e Silva manteve o alinhamento com os Estados Unidos na área econômica, ao mesmo tempo investindo em cooperar com outros países além dos EUA, no

governo de Jair Bolsonaro houve um alinhamento com o governo de Donald Trump e não necessariamente com o Estado Unidos, em frente ao alinhamento, Jair Bolsonaro passou a colocar em risco a cooperação brasileira com a China, sendo um dos principais aliados econômicos do Brasil, investindo e priorizando apenas a relação com os Estados Unidos e não com outros Estados.

Esta monografia usa da metodologia qualitativa e comparativa, utilizando levantamento bibliográfico e documentos já publicados sobre imperialismo, política externa dos Estados Unidos, política externa do Brasil, ditadura militar brasileira, governo de Jair Bolsonaro e o governo de Costa e Silva.

Este trabalho é dividido em três capítulos: o primeiro tem a finalidade de conceituar as definições de imperialismo para Lenin, o imperialismo contemporâneo, o imperialismo estadunidense e a definição de capitalismo. O segundo capítulo aborda a política externa dos Estados Unidos, apontando características e ações que foram tomadas. O terceiro capítulo tem o fim de apontar a política externa brasileira durante os períodos selecionados do Século XX e XXI e expor as medidas tomadas na política externa brasileira durante os governos de Costa e Silva e Jair Bolsonaro, apontando os alinhamentos e ligações com os Estados Unidos e Donald Trump.

O primeiro capítulo traz a definição de capitalismo, seguindo para as definições de imperialismo, dando enfoque ao imperialismo de Lenin e ao imperialismo Estadunidense, o qual é utilizado nos seguintes capítulos.

No segundo capítulo é apontado sobre a política externa dos Estados Unidos para a América Latina, durante a Guerra Fria, após a Guerra Fria, após o atentado terrorista do 11 de setembro de 2001, durante o governo de Barack Obama e Donald Trump e a articulação dos Estados Unidos no golpe militar de 1964 no Brasil.

O terceiro e último capítulo está voltado para o cenário brasileiro. Na primeira parte é apontado as características da política externa brasileira durante os períodos de 1956 a 1969 e de 2018 a 2021. No decorrer do capítulo é apresentado a relação e alinhamento dos governos de Costa e Silva e Jair Bolsonaro com os Estados Unidos e Donald Trump, evidenciando o imperialismo estadunidense atuando sobre a política brasileira.

Por fim, nas conclusões é apontado onde e como o imperialismo estadunidense atingiu a política externa e também doméstica brasileira no governo de Costa e Silva e como a ligação entre Bolsonaro e Donald Trump trouxe consequências para a política externa e doméstica brasileira, apontando algumas diferenças entre os governos.

1 DEFINIÇÕES DO IMPERIALISMO

Este capítulo tem como objetivo apresentar as discussões teóricas da pesquisa sobre capitalismo, junto do subsequente debate sobre modernidade/colonialidade, e imperialismo. Diferenciando o conceito de imperialismo para Lenin (1917) e para autores contemporâneos, o capítulo visa explicar tais ideias que servirão de base para o restante do trabalho.

1.1 CAPITALISMO, MODERNIDADE/COLONIALIDADE

Baseado na existência do sistema capitalista, novos conceitos e teorias foram formulados pela sociedade, sendo o imperialismo uma delas. Para compreender o imperialismo é necessário entender o capitalismo [...] falar em imperialismo é tratar de capitalismo; assim como falar de relações internacionais é falar de capitalismo (BUGIATO, 2021, p. 75).

Em diversos estudos o surgimento do capitalismo é apontado como a transição do feudalismo para o capitalismo, naturalizando o surgimento do sistema capitalista na história das sociedades passadas como se toda a sua história fosse linear. Para Marx¹ o capitalismo tem como objetivo a produção por exploração de mais-valia². Ele se baseia no esbulho do trabalho assalariado. Para que a produção capitalista continue sem interrupções, é necessário duas condições: a concentração do capital, dos meios de produção, dos meios de subsistência nas mãos da classe capitalista; e a existência de uma força de trabalho assalariada, que esteja privada de todas as condições de realização de seu trabalho. (FERREIRA, 2013, p. 16)

Ellen Meiksins Wood, cientista política marxista e autora, em seu livro *A origem do capitalismo* (originalmente publicado em 1999, e traduzido no Brasil apenas em 2001) propõe uma nova explicação a respeito do capitalismo e de sua origem. Em suas palavras:

Quase sem exceção, os relatos sobre a origem do capitalismo são fundamentalmente circulares: presumem a existência prévia do capitalismo para explicar o seu aparecimento. No intuito de explicar o impulso de maximização do lucro que é característico do capitalismo, pressupõem a existência de uma racionalidade universal maximizadora do lucro; para explicar o impulso capitalista de aumentar a produtividade do trabalho através de recursos técnicos, pressupõem um progresso contínuo e quase natural do aprimoramento tecnológico na produtividade do trabalho. Essas explicações paralogísticas têm sua origem na economia política

¹ Karl Marx (1818–1883) foi um filósofo e revolucionário socialista alemão. Criou as bases da doutrina comunista, onde criticou o capitalismo. Sua filosofia exerce influência em várias áreas do conhecimento, tais como Sociologia, Política, Direito e Economia. Suas obras mais marcantes foram: *O Capital* e *O Manifesto Comunista*.

² No produto, a parte $V + M$ corresponde ao valor novo criado no processo de produção pelo trabalho vivo, em que V corresponde aos salários (capital variável) e M corresponde à mais-valia, a parte que é apropriada pelos capitalistas (trabalho não pago). A parte C relativa ao capital constante é a parte correspondente ao valor dos meios de produção, que é conservada e transferida ao valor do novo produto criado. A soma das partes $C + V + M$ correspondem ao valor total da mercadoria.

clássica e nas concepções iluministas de progresso [...]. Na maioria das descrições do capitalismo e de sua origem, na verdade não há origem. O capitalismo parece estar sempre lá, em algum lugar, precisando apenas ser libertado de suas correntes – dos grilhões do feudalismo, por exemplo – para poder crescer e amadurecer. [...] Esse pressuposto costuma ser tipicamente associado a um outro: o de que a história é um processo quase natural de desenvolvimento tecnológico. De um modo ou de outro, o capitalismo aparece, mais ou menos naturalmente, onde e quando os mercados em expansão e o desenvolvimento tecnológico atingem o nível certo [...]. O efeito dessas explicações é enfatizar a continuidade entre as sociedades não-capitalistas e capitalistas, e negar ou disfarçar a especificidade do capitalismo (p. 13-4).

Para a autora, o capitalismo sempre existiu. Nas palavras de Ellen, "importante é que o desenvolvimento de um mercado nacional competitivo foi um corolário, e não uma causa, do capitalismo e da sociedade de mercado. A evolução de um mercado nacional competitivo unificado refletiu as mudanças no modo de exploração e na natureza do Estado" (WOOD. 1999. p. 87 apud ROIZ, 2009, p. 299). O capitalismo é o efeito tardio e localizado de condições históricas muito específicas das ações humanas.

Ainda se baseando na obra *A origem do capitalismo*, Wood na introdução deixa claro o que o capitalismo não é. Para a mesma, "não é Estado, não é trabalho, nem mercado ou dinheiro, mas sim um conjunto de ações humanas e bens que são produzidos pensando no lucro, são as regras fundamentais da vida os requisitos da competição e da maximização do lucro." O capitalismo é um sistema principalmente focado no desenvolvimento das forças produtivas e o aumento da produtividade do trabalho através de recursos técnicos, onde trabalhadores produzem e vendem sua mão-de-obra gerando lucros para aqueles que comprar sua força de trabalho. Esses trabalhadores não possuem posses, se vendem a fim de receber um salário buscando persistir no sistema (ROIZ, 2009, p. 300).

Na verdade, a produção de bens e serviços está subordinada à produção do capital e do lucro capitalista. O objetivo básico do sistema capitalista, em outras palavras, é a produção e a auto-expansão do capital [por meio da exploração massiva dos trabalhadores] (WOOD p. 12).

Surge através do capital o processo de colonização europeu sobre a América, para Marx a colonização da América foi um marco importante para a acumulação primitiva do capital. Vale mencionar a colonização dos Estados Unidos da América (EUA), um Estado que de colônia inglesa se transformou em uma potência mundial, transformando-se devido às lutas anticoloniais e posteriormente se beneficiando e reforçando paradigmas imperialistas.

Nas palavras de Quijano:

A partir da conquista do continente que hoje conhecemos como América-Latina temos o que se denomina uma nova ordem mundial, com o poder centrado numa

relação europeia de controle e dominação, concentração dos recursos e benefícios para uma minoria de classe dominante. [...]. Os dominadores europeus “ocidentais” e seus descendentes euro-norte-americanos são ainda os principais beneficiários junto com a parte não europeia do mundo que, precisamente, não fora antes colônia europeia, principalmente o Japão. E, em cada caso, sobretudo suas classes dominantes. Os explorados e dominados da América Latina e da África são as principais vítimas. (Quijano, 1992).

Quijano, precursor e principal pesquisador a respeito do movimento modernidade/colonialidade, enfatiza que a América Latina passou a ser a base para a criação do sistema-mundo moderno/colonial. A colonialidade³ é a lógica do colonialismo⁴ e subsequente ao mesmo, ela atua como forma de dominação mesmo após todo o processo de descolonização, não sendo necessário estar ligada à presença direta de uma administração local colonial. Define-se a colonialidade como o lado obscuro e necessário da modernidade, uma parte “indissociavelmente constitutiva”, não existe modernidade sem colonialidade, ela é global e se reproduz em uma tripla dimensão de poder, saber e ser (BALLESTRIN, 2017, p 14).

Em suma, pode-se dizer que, o capitalismo sempre esteve presente, é um sistema focado no desenvolvimento das forças produtivas e no aumento da produtividade do trabalho. Através do capitalismo surge a criação do sistema-mundo moderno/colonial, a colonialidade junto da colonização ocorre como consequência do sistema capitalista e no decorrer das consequências, que possuem base no capitalismo, se encontra o imperialismo.

1.2 O IMPERIALISMO DE LENIN: ESTÁGIO SUPERIOR DO CAPITALISMO

O trabalho de Lenin⁵, no livro *Imperialismo: Estágio superior do capitalismo* é utilizado para explicar o imperialismo ao decorrer de décadas com seu olhar marxista. Escrito em 1916, a obra foi arquitetada antes da Revolução Russa (1917) e do fim da Primeira Guerra Mundial (1914 - 1918), e, através de suas análises, Lenin buscou explicar a teoria imperialista estabelecendo uma ligação entre os movimentos estruturais, econômicos, filosóficos e políticos.

³ A colonialidade é um efeito do colonialismo, pois ela determina as estruturas de dominação e os padrões de poder que continuam organizando as sociedades que antes eram colônias.

⁴Entende-se colonialismo como fenômeno que antecede o capitalismo enquanto sistema mundial e o acompanha como política em suas diferentes fases de desenvolvimento, se iniciando através do processo de colonização de certos povos sobre outros.

⁵ Vladimir Ilitch Ulianov (1870-1924), nasceu em Simbirsk, (atual Ulyanovsk), na Rússia, foi um político e revolucionário russo, propagador da ideologia comunista. Foi um dos fundadores da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), da qual se tornou o primeiro chefe de Estado.

Para Lenin, o imperialismo é uma expressão econômica do capitalismo, é a junção do capital industrial e bancário que forma a oligarquia financeira⁶ (capital financeiro), essa oligarquia passa a comandar a formação e a atividade dos monopólios empresariais. Através dos bancos há a concentração do capital na indústria, os bancos passam a ser gerentes da produção e subordinam as operações industriais e comerciais, controlando a vida econômica da sociedade capitalista. Sendo a nova função dos bancos um dos maiores marcos da nova fase do capitalismo (BUGIATO, 2017, p. 8).

A união pessoal dos bancos com a indústria completa-se com a união pessoal de umas e outras sociedades com o governo. “Lugares nos conselhos de administração - escreve Jeidels - são confiados voluntariamente a personalidades de renome, bem como a antigos funcionários do Estado, os quais podem facilitar em grau considerável as relações com as autoridades” (LENIN, 2005, p. 42).

No que diz respeito à estreita relação existente entre os bancos e a indústria, é precisamente nesta esfera que se manifesta, talvez com mais evidência do que em qualquer outro lado, o novo papel dos bancos. Se o banco desconta as letras de um empresário, abre-lhe conta corrente, etc., essas operações, consideradas isoladamente, não diminuem em nada a independência do referido empresário, e o banco não passa de um modesto intermediário. Mas se essas operações se tornam cada vez mais frequentes e mais firmes, se o banco “reúne” nas suas mãos capitais imensos, se as contas correntes de uma empresa permitem ao banco - e é assim que acontece - conhecer, de modo cada vez mais pormenorizado e completo, a situação econômica do seu cliente, o resultado é uma dependência cada vez mais completa do capitalista industrial em relação ao banco (LENIN, 2011, p. 152)

Lenin sintetizou o imperialismo não como uma escolha, mas sim como um modo de desenvolvimento e sobrevivência do capitalismo, elencando cinco traços fundamentais: 1) a centralização da produção em trustes e cartéis, gerando a produção dos monopólios; o capitalismo livre-concorrencial se transforma em capitalismo monopolista, desempenhando um papel decisivo na base econômica do capitalismo nesse período; 2) a nova função dos bancos: conforme os lucros aumentam e os bancos se concentram em alguns estabelecimentos, eles abrem mão de serem modestos intermediários e se tornam monopólios poderosos, dispendo da quase totalidade do capital-dinheiro do conjunto dos capitalistas e dos pequenos empresários, assim como da maior parte dos meios de produção e das fontes de matérias primas de um dado país ou de toda uma série de países; 3) a fusão do capital industrial com o capital bancário, gerando o surgimento do capital financeiro e da oligarquia financeira; 4) exportações de capitais em nível mundial e a formação de uniões internacionais monopolizadoras entre grandes potências capitalistas, gerando novas zonas de influência; 5) a partilha territorial do mundo pelas potências capitalistas mais desenvolvidas. (LENIN, 2005).

⁶ Para ele, a oligarquia financeira seria uma classe parasitária, isto é, um conjunto de pessoas que vivem do corte de cupons de títulos, que são completamente estranhas à participação em qualquer ato de produção e cuja única profissão é a ociosidade (LENIN, 2012).

Nas palavras de Lenin: “Se tivéssemos de definir o imperialismo da forma mais breve possível, diríamos que ele é a fase monopolista do capitalismo” (LENIN, 1982, p. 87 apud PARANÁ, E.; SILVA, 2020, p.54). É a vertente marxista que conferirá as áreas metodológicas e teóricas para que se possa extrair a interpretação científica completa e correta das relações internacionais. São os autores marxistas que enfocam o papel do Estado e do capitalismo na dinâmica internacional. Por isso, eles têm como categoria central o imperialismo. (BUGIATO, 2021)

1.3 O IMPERIALISMO CONTEMPORÂNEO: DISCUSSÕES CONCEITUAIS

O imperialismo está ligado diretamente às Relações Internacionais e Bugiato (2021, p. 75) define esta ligação da seguinte forma:

O imperialismo se agarra na manifestação mais plena do capitalismo, o sistema internacional, por meio do pilar econômico, a acumulação capitalista permeada pela contradição entre nacionalização e internacionalização dos capitais no mercado mundial, e do vetor político, pela organização política dada em uma multiplicidade, uma coletividade de Estados, agrupados em rede dinâmica de permanente competição entre forças desiguais materialmente.

O imperialismo contemporâneo nasce no cenário pós-Segunda Guerra Mundial. Harry Magdoff (1978) foi um dos principais autores a escrever sobre a nova estrutura do imperialismo. Para ele, a nova ordem imperialista era liderada pelos Estados Unidos que mantinham seu interesse em petróleo, mineração, manufaturas estrangeiras; extensão das bases militares, penetração das áreas pela ajuda militar e econômica incluindo o ingresso em antigas colônias que haviam sido reserva exclusiva das metrópoles e, principalmente, a internacionalização de uma complexa rede de bancos no exterior (MAGDOFF, 1978 *apud* FERNANDES, 2021, p. 75).

O autor também aponta mudanças no novo imperialismo em comparação com o imperialismo clássico, sendo elas: o processo de descolonização em curso, a ascensão dos Estados Unidos e algumas mudanças estruturais; o surgimento do complexo militar-industrial, o surgimento de empresas e bancos multinacionais e sua crescente penetração na periferia. Magdoff afirma que a base econômica do imperialismo moderno seria o capitalismo monopolista-financeiro, uma união entre estagnação econômica e financeirização.

Magdoff ao falar do imperialismo moderno, explica três pontos sobre a relação de dominação entre os Estados imperialistas e os Estados dependentes: estrutura industrial, relações comerciais mundiais e grau de força financeira. Magdoff identificou a importância do dólar dos EUA como principal reserva internacional e meio de pagamento, garantindo a liderança dos EUA no sistema imperialista ao usar seus déficits na balança de pagamentos a

partir dos excedentes dos países periféricos e outros países centrais. Em suma, os países centrais teriam menos problemas com a sua balança de pagamentos e os periféricos se tornariam mais vulneráveis e instáveis (Idem, 202, p. 79).

Através da revista socialista *Monthly Review*, diversos pesquisadores e autores puderam publicar seus trabalhos sobre o imperialismo, sendo John Smith um deles. John Smith, pesquisador inglês, publicou sua tese de doutorado (2010) a respeito do imperialismo após a crise de 2008⁷, a tese intitulada “*Imperialism and Globalization of Production*” (2010) depois de cinco anos se tornou um livro chamado “*Imperialism in the Twenty-First Century: Globalization, Super-Exploitation and Capitalism’s Final Crisis*”. Em seu trabalho, Smith segue dois pontos: a arbitragem global do trabalho e a mundialização da superexploração do trabalho para os países do sul. Ele liga a globalização com o imperialismo, ela seria o último estágio do mesmo, resultando em um apartheid global, onde os Estados do sul tornaram-se reservas de trabalho sendo explorados pelos Estados capitalistas do norte. O novo imperialismo impõe aos povos proletarizados o militarismo, um vasto sistema de racismo, opressão nacional, humilhação cultural e violência estatal. Smith criou o que ele chama de “uma dimensão concreta da superexploração” que residiria nas diferentes taxas de exploração ou mais-valia entre os países imperialistas e periféricos/dependentes (FERNANDES, 2021, p. 81).

Desenvolver um conceito mais concreto de 'superexploração' é uma tarefa central que permeia toda esta tese. A definição do esboço é apresentada na próxima seção deste capítulo. Para os presentes fins, a exploração pode ser simplesmente definida. Se a jornada de trabalho compreende duas partes, o tempo de trabalho necessário (o tempo que um trabalhador leva para criar valor igual ao que ele / ela consome) e tempo de trabalho excedente (o tempo gasto na produção de valor excedente para o capitalista), a taxa de exploração é a razão entre eles, e a superexploração significa uma taxa mais alta de exploração do que a taxa interna média de exploração prevalecente nas economias imperialistas. Esta tese argumenta que as diferenças salariais internacionais fornecem um reflexo distorcido das diferenças internacionais na taxa de exploração; e que os capitalistas do norte, de maneiras a explorar essas diferenças, podem aumentar seus lucros ao realocarem a produção para nações onde a taxa de exploração é maior do que a média, ou seja, onde a mão de obra viva pode ser superexplorada. Toda esta tese, portanto, pode ser considerada uma tentativa de responder a duas questões: O que entendemos concretamente por superexploração? O que entendemos concretamente por imperialismo? Conceitos concretos dessas relações sociais realmente existentes não podem ser obtidos exclusivamente por dedução de princípios teóricos ou por indução da análise de dados. Para responder a essas perguntas, é necessário realizar os dois processos em conjunto (SMITH, 2010, p. 29).

⁷ Em 2008 ocorreu nos EUA a chamada Crise Financeira que afetou o resto do mundo. Foi uma crise bancária que ocorreu no centro do capitalismo, a causa direta da crise foi a concessão de empréstimos hipotecários de forma irresponsável, para credores que não tinham capacidade de pagar ou que não a teriam a partir do momento em que a taxa de juros começasse a subir.

Com base nos argumentos de Smith, pode-se afirmar que para ele o imperialismo contemporâneo atua baseado no capitalismo, através de instrumentos de mercado e que a chave dos lucros do imperialismo nos últimos quarenta anos está na ocorrência de um enorme proletariado dos países periféricos. O autor deixa claro seu ponto: Como observa o Relatório de Investimento Mundial de 2008 da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento), os lucros das multinacionais são gerados cada vez mais nos países em desenvolvimento do que nos países desenvolvidos (SMITH, 2010, p. 73).

Dado como base, o imperialismo contemporâneo existe se escorando no sistema capitalista, os Estados imperiais mantêm esse sistema através da superexploração (apontada por Adam Smith) das ex-colônias/Estados periféricos/países subdesenvolvidos. Conforme os estudos de Adam Smith e Harry Magdoff, o imperialismo contemporâneo surge no pós Segunda Guerra Mundial com a hegemonia dos Estados Unidos demarcando seu território e sua zona de influência seguindo os paradigmas imperiais.

Sendo assim, este trabalho visa relacionar o imperialismo com a política externa brasileira, apontando a influência imperial sobre um país ex-colônia. Será analisado o imperialismo estadunidense, o qual servirá para explicar e apontar sua relação de influência sobre o Brasil e sua política externa.

1.4 O IMPERIALISMO ESTADUNIDENSE

A história da dominação imperialista dos EUA e seu modo de produção capitalista remontam ao período do pós Segunda Guerra Mundial. Com o final da Segunda-Guerra Mundial em 1945 e do colapso do socialismo na antiga URSS⁸ (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) em 1991 em países do Leste Europeu, os EUA passaram a exercer sua hegemonia no sistema internacional capitalista. Os Estados Unidos passaram a investir na reconstrução dos antigos impérios coloniais Europeus, a nova ordem mundial foi firmada a partir da dominação dos EUA sobre o restante do mundo. No entanto, ainda no período pós guerra, o “fantasma” do comunismo continuava assustando as pretensões hegemônicas dos EUA, e foi assim que se deu início à Guerra Fria⁹ com o mundo dividido entre a potência

⁸ A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas foi resultado direto da implantação do socialismo na Rússia, por meio da Revolução Russa de 1917, criada em 1922 pelo líder da Revolução Bolchevique, Lenin. Era uma federação de várias repúblicas lideradas pela Rússia, reunindo Ucrânia, Bielorrússia, Transcaucásia, Estônia, Lituânia, Letônia, Moldávia, Geórgia, Armênia, Azerbaijão, Cazaquistão, Uzbequistão, Turcomenistão, Quirguizão e Tadjiquistão.

⁹ A Guerra Fria foi um conflito político-ideológico que foi travado entre Estados Unidos (EUA) e União Soviética (URSS), entre 1947 e 1991.

capitalista Estados Unidos e seu rival socialista União Soviética, porém essa divisão de poderes foi desigual, os EUA conseguiram manter sua hegemonia (FERREIRA, 2013, p. 87).

Os EUA encerraram a Segunda Guerra Mundial com grande vantagem e seus antigos oponentes (Europa, União Soviética, China e Japão) estavam arruinados. A posição dos norte-americanos era favorável para exercer sua hegemonia econômica, pois concentravam mais da metade da produção industrial do mundo e possuíam a exclusividade de deter novas tecnologias e da arma nuclear (AMIN, 2005, p. 90).

Segundo Todd:

“É verdade que o comunismo abarcava por volta de 1950 o coração da Eurásia, da Alemanha Oriental à Coreia do Norte. Mas a América, potência naval e aérea, controlava estrategicamente o resto do planeta, com a benção de uma infinidade de aliados e clientes cuja prioridade era a luta contra o sistema soviético. Foi com a concordância de uma boa parte do mundo que se instalou a hegemonia americana.” (TODD, 2003, p. 24).

A ameaça comunista da União Soviética, ainda assim, foi um contraponto aos interesses de se tornar um Estado hegemônico por parte dos Estados Unidos, apenas após a queda do muro de Berlim¹⁰ e do declínio da potência soviética que os EUA passaram a ter um comportamento político agressivo e a se impor sobre o resto do mundo. Daí em diante, o governo estadunidense tem feito ameaças à soberania de outros Estados priorizando seus próprios interesses e de suas empresas transnacionais e do capital financeiro daquele país (FERREIRA, 2013, p. 88).

Ferreira mostra algumas estratégias da hegemonia americana na área militar, econômica, política e no campo ideológico. A estratégia militar dos EUA se baseia nas tentativas de dificultar a aparição de novas potências militares que seriam capazes de refutar a hegemonia estadunidense, os Estados Unidos acabam interferindo em programas nucleares de outros Estados e através da sua autoridade militar buscam consolidar seus interesses em outros países. A estratégia militar de interesse estadunidense em outros países se concentra principalmente nos países ricos em petróleo¹¹ e em outras matérias-primas (Idem, 2013, p. 88).

Economistas da nova administração de Washington - The Programme for a New American Century- confessaram a atribuição do direito dos EUA de se empossar de recursos

¹⁰ O muro de Berlim foi um símbolo da bipolarização do mundo durante a Guerra Fria e sua queda representou o fim do socialismo como alternativa de modelo econômico naquele contexto. Ele separou a cidade em Berlim Oriental e Berlim Ocidental desde sua construção em 1961 até a sua derrubada em 1989.

¹¹ Alguns dos países ricos em petróleo que sofreram intervenções militares partindo dos EUA foram: países do Golfo Pérsico (Irã, Iraque, Kuwait, Arábia Saudita, Bahrein, Catar, Emirados Árabes Unidos e Omã), Síria, Líbia, Afeganistão etc.

do planeta para satisfazer seus interesses, sendo o petróleo em primeiro lugar. (AMIN, 2005, p. 100)

O controle militar do planeta constitui o meio de impor, em última instância, um “tributo” expropriado pela violência política, em substituição ao “fluxo espontâneo” de capitais que compensam o déficit americano, fonte maior da vulnerabilidade crescente da hegemonia dos Estados Unidos. O objetivo dessa estratégia não é nem o de “garantir para todos a abertura igual dos mercados” (esse discurso de propaganda é confiado aos apóstolos do neoliberalismo), nem, evidentemente, o de fazer reinar em toda parte a democracia! (Idem, 2005, p. 100).

No terreno econômico, os EUA procuram fundar um espaço econômico totalmente isento de barreiras à livre circulação de bens e serviços produzidos por suas companhias transnacionais através de acordos bilaterais e multilaterais com outros países. É recomendado pelos EUA a defesa do livre comércio por meio da abertura comercial e financeira das suas economias. Porém, asseguram setores específicos da sua economia contra as mercadorias produzidas por empresas transnacionais com matrizes sediadas em outros países, em áreas da tecnologia buscam dificultar a emergência de novos competidores industriais. Já na área política, focam em apoiar regimes políticos ou governos convenientes aos seus interesses, por outro lado, deslegitimam qualquer governo que contrarie seus interesses políticos ou/e econômicos (FERREIRA, 2013, p. 88).

Nas palavras da autora:

[...] por meio de uma forte propaganda ideológica contando sempre com o apoio dos meios de comunicação e da mídia sediadas nesses países para influenciar a opinião pública local de acordo com os seus interesses. A classificação de alguns países como os chamados “eixos do mal”, segundo o governo norte-americano, que faz parte de sua política de ataques preventivos contra o terrorismo internacional demonstra claramente a estratégia dos EUA de deslegitimar os governos que se opunham aos seus interesses. Na mesma direção, impunham bloqueios econômicos nos países recalcitrantes. Além disso, os EUA financiam e estimulam movimentos de oposição em outros países, inclusive, fornecendo armamentos para destituir os governos que lhes fazem oposição¹² (Idem, 2013, p. 88).

No campo ideológico, os Estados Unidos divulgam seus valores sociais culturais e éticos para o mundo. Se consideram os donos do melhor modelo de civilização e sociedade, expandindo seu modelo de democracia, liberdade e direitos humanos para outros Estados a fim de que eles possam seguir o mesmo caminho da potência hegemônica rumo ao progresso econômico e social (FERREIRA, 2013, p. 89).

Em suma, o modelo civilizatório norte-americano constitui a realização última e mais desejável de toda a sociedade humana, ou melhor, dizendo, é um modelo a ser

¹² Ferreira cita o exemplo significativo dessa estratégia, a tentativa de golpe de Estado, em 2002, na Venezuela contra o presidente Hugo Chávez.

seguido por outras sociedades. Ou seja, quanto mais uma sociedade se aproxima do modelo norte-americano mais desenvolvida e próspera ela se torna. Vê-se que dessa forma, as intervenções militares dos EUA no exterior são justificadas pelo governo norte-americano como necessárias para a construção de sociedades livres e democráticas nos países estrangeiros bem como para o ensino aos povos estrangeiros das formas de organização das sociedades mais avançadas. (Idem, 2013, p. 89).

Os EUA fizeram uso dessas estratégias para aproveitar e estabelecer uma série de instituições, através do uso dessas instituições seria mais fácil para o país hegemônico manter seu status de principal potência mundial. O FMI (Fundo Monetário Internacional), o Banco Mundial e a OMC (Organização Mundial do Comércio) são instituições políticas multilaterais, econômicas multilaterais e de segurança regionais, todas possuem mecanismos de manutenção da hegemonia imperial dos EUA. O Banco Mundial cumpre uma função simples: facilitar a extensão das zonas de influência dos EUA no mundo como representante institucional de seus interesses; a criação do Banco Mundial também está ligada a tentativa de conter o avanço do comunismo no Ocidente ainda no período pós-guerra, mediante ao apoio às políticas desenvolvimentistas na periferia e no centro do sistema capitalista e as políticas de combate à pobreza no Terceiro Mundo (FERREIRA, 2013, p. 89). Assim como a OTAN ¹³(Organização do Tratado do Atlântico Norte) e o G7/G8¹⁴ (Grupo dos Sete) para as áreas políticas e militares.

Aparentemente, o Banco Mundial cumpre um papel bem diferente e sua atuação está voltada essencialmente para fomentar o desenvolvimento econômico. Ao contrário do FMI, não interfere publicamente na política econômica dos países associados. No entanto, essa é apenas a face visível da instituição, porque na prática segue a mesma estratégia de consolidação e fortalecimento da esfera de influência dos Estados Unidos. A própria constituição do Banco Mundial já expressa o vínculo entre as duas instituições: por exemplo, nenhum país pode ser membro do Banco Mundial sem primeiro ter aderido às normas do Fundo Monetário Internacional (COSTA, 2008, p. 202).

O controle imperialista dos EUA teve início no período pós-guerra e se articulou nas áreas militar, política, econômica e ideológica conforme mostrado anteriormente, e se escorando em instituições multilaterais que fazem prevalecer os interesses norte-americanos. Com a queda da URSS e a imposição do império norte-americano sobre o mundo, vigente à época, nenhum Estado possuía forças semelhantes para confrontar a força imperial dos EUA.

¹³ A organização foi criada em 1949, no período da chamada Guerra Fria, sob a liderança dos EUA em oposição à extinta União Soviética. Com o fim do bloco comunista em 1991, a OTAN passou a atuar, sobretudo, como uma aliança que zela pelos interesses econômicos. G1

¹⁴ Organização de líderes de algumas das maiores economias do mundo: Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Reino Unido e Estados Unidos. A Rússia foi suspensa indefinidamente do grupo, que na época era conhecido como G8, em 2014 depois que a maioria dos países membros se aliou contra a anexação da Crimeia.

As principais características dessa dominação imperialista ainda continuam a existir hoje. A multiplicação do poder destrutivo do arsenal militar em uso atualmente - especialmente o potencial catastrófico das armas aéreas - modificou em certo grau as formas de impor comandos militaristas a um país que se quer subjugar, mas não a sua substância. Com toda probabilidade, a forma última de ameaçar um adversário no futuro - a nova “diplomacia das canhoneiras” exercida pelo “ar patenteado” - será a chantagem nuclear. Mas seu objetivo será análogo ao do passado, embora a modalidade imaginada apenas acentue a inviabilidade absurda de tentar impor dessa forma a racionalidade última do capital às partes recalcitrantes do mundo [...] Imperialismo global hegemônico, em que os Estados Unidos são a força dominante, renunciado pela versão de Roosevelt da “Política de Porta Aberta”, com sua fingida igualdade democrática, que se tornou bem pronunciada com a eclosão da crise estrutural do sistema do capital - apesar de ter se consolidado pouco depois do final da Segunda Guerra Mundial - que trouxe o imperativo de constituir uma estrutura de comando abrangente do capital sob um “governo global” presidido pelo país globalmente dominante (MÉSZÁROS, 2003, p. 57 e 72).

Para David Harvey, o que há de novo no imperialismo é a relação com o capitalismo liderado pelos Estados Unidos, na qual o autor denomina de “acumulação por espoliação”¹⁵ e ao fato dos EUA ser o primeiro império verdadeiramente capitalista no mundo dominando pela manipulação dos mecanismos econômicos do capitalismo (apud BALLESTRIN, 2017, p 14).

No decorrer a estratégia hegemônica dos EUA segue o paradigma imperialista coletivo, tendo como objetivo estabelecer o controle militar sobre o globo, para assim, garantir o acesso privilegiado a todos os recursos naturais, o que força seus aliados subalternos, a Rússia, China e o conjunto do terceiro mundo e se submeter a posição de súditos (AMIN, 2005, p. 98).

Para autores como Slater, a abertura do livre-mercado, as intervenções militares, a criação de bases militares e a inserção de capital são algumas das políticas imperiais, ele sugere que as relações entre os Estados Unidos e a América Latina são melhor captadas pela noção de imperialidade do poder.

“O desejo de intervir, de penetrar em outra sociedade para ajudá-la a reordenar, reajustar, modernizar, desenvolver, civilizar, democratizar essa mesma sociedade é parte essencial de qualquer projeto imperial” (SLATER, 2007, p. 67, apud BALLESTRIN, 2017, p. 523).

Conforme a noção do imperialismo estadunidense para Slater, é apontado nos próximos capítulos ações da política externa imperialista dos Estados Unidos para outros Estados. Retornando à dinâmica da Guerra Fria, o imperialismo estadunidense foi documentado

¹⁵ Conceito inicialmente elaborado por Karl Marx como acumulação primitiva, o geógrafo marxista David Harvey utiliza da acumulação primitiva para elaborar seu próprio conceito de acumulação por espoliação. Ele define políticas capitalistas neoliberais que resultam em uma centralização da riqueza e do poder nas mãos de poucos, desapropriando as entidades públicas e privadas de suas riquezas ou terras.

apoiando as ditaduras civis-militares de segurança nacional, principalmente em países da Ásia e da América Latina, sendo o Brasil um deles.

2 ESTADOS UNIDOS: POLÍTICA EXTERNA E ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL

Este capítulo apontará sobre os diferentes aspectos dos Estados Unidos, inicialmente será introduzido às características da política externa norte-americana para a América Latina, durante e após a Guerra Fria e após o atentado terrorista do 11 de setembro de 2001 seguindo para o governo de Barack Obama e Donald Trump. Neste capítulo também é abordado de forma explicativa o Golpe Militar que ocorreu no Brasil em 1964, evidenciando o envolvimento e articulação estadunidense para que os militares, de forma antidemocrática, chegassem ao poder.

2.1 A POLÍTICA EXTERNA DOS EUA PARA A AMÉRICA LATINA

A relação entre EUA e América Latina antecede às grandes guerras que ocorreram no sistema internacional, o seguinte tópico do trabalho apresentará essa relação no período que antecede a Guerra Fria e durante a mesma, apontando os acontecimentos decisórios na política externa estadunidense para a América Latina (AL).

Em 1933, Franklin Delano Roosevelt se torna presidente dos EUA e em seu discurso de posse prometeu ser um bom vizinho aos países latinos americanos, também afirmou que se recusava a intervir militarmente na AL, abandonando posturas como instaurar democracias ou proteger interesses de investidores estadunidenses. No mesmo ano, o secretário de Estado do governo Roosevelt participou da primeira Conferência Pan-Americana em Montevideu, nesta conferência os EUA aceitaram a convenção anti-intervenção proposta por países latinos, sendo também aceito o princípio de não interferência militar¹⁶ e reconhecendo igualdade entre as nações do lado ocidental (BASTOS, 2015, p. 69).

De acordo com Roosevelt em 1933 (*apud* BASTOS, 2015, p. 69):

No campo da política mundial, dedicarei esta nação à política do bom vizinho - o vizinho que decididamente respeita a si mesmo e, porque o faz, respeita o direito de outros- o vizinho que respeita suas obrigações e respeita a santidade de seus compromissos dentro e com um mundo de vizinhos.

Nos anos seguintes, uma série de acontecimentos nos países latinos colocaram em teste a nova doutrina de Boa Vizinhança de Roosevelt:

[...] primeiro em Cuba, em 1933-4, quando se revogou a Emenda Platt (após FDR rejeitar o pedido de tropas do embaixador e futuro Subsecretário de Estado Sumner Welles); no Haiti, a partir do fim da ocupação militar em 1934 (mantendo, porém, o protetorado fiscal até 1941, e o direito de alocar orçamento para pagar dívida pública

¹⁶“A não ser onde tratados já a admitissem, como nos protetorados existentes. (BASTOS, 2015, p. 69).

externa, autorizar seu aumento e nomear copresidente do Banco Nacional até 1947); no Panamá, abolindo o direito de intervenção fora da zona do canal para garantir independência panamenha em 1936 (mas mantendo direito de realizar manobras militares e instalação de bases no resto do país); e sobretudo no México, em 1938, quando Cárdenas nacionalizou filiais petrolíferas (levando a uma longa negociação só concluída depois de Pearl Harbor, em 29/9/1943), após FDR ter iniciado o esforço para liderar a cooperação pan-americana segundo finalidades militares estratégicas (BASTOS, 2015, p. 69).

A nova política de Boa Vizinhança seguia um caminho diferente da política externa dos governos anteriores, Roosevelt reconheceu que era um momento desfavorável para fazer do uso da força mas benéfico para um diálogo diplomático e para barganhar economicamente, usando essas novas táticas para atingir os interesses estadunidenses e manter a influência na região do continente latino (BASTOS, 2015, p. 69).

A política de Roosevelt seguia por meio de uma linha de pensamento realista¹⁷, politicamente existiam dois princípios fundamentais da Política de Boa Vizinhança sendo eles o reconhecimento da soberania nacional dos países da AL e a promoção de uma política de não-interferência e não-intervenção vindo dos EUA. No setor econômico, a prioridade da política de Boa Vizinhança era a ascensão do comércio continental, aproveitando bem as oportunidades da região e a promoção de interesses comerciais e financeiros privados, como a participação de companhias estadunidenses em certas atividades econômicas¹⁸, também ocorreu na região fluxos de ajuda, com o aumento de empréstimos (PECEQUILO, 2011, P.117-118).

Os partidários do Partido Democrata, liderados pelo diplomata Cordell Hull, julgavam que a melhor maneira de obter mercados e fontes de materiais essenciais não era a imposição de colônias, mas sim a troca recíproca de concessões tarifárias, através do reconhecimento mútuo, da política de boa vizinhança (GARDNER, 1964; FRIEDEN, 1988 apud BASTOS, 2015, P. 72). Segundo Bastos (2015), a Política de Boa Vizinhança não significou a transição de considerações econômicas em nome de objetivos estratégicos de segurança, visto que, além das considerações estratégicas e do recurso a novas táticas, é inegável que a preocupação com o aumento das exportações se tornou outro e mais premente com a Grande

¹⁷ O pensamento realista acredita que existe no sistema internacional uma sensação permanente de desconfiança mútua entre os Estados. Sendo a garantia de sobrevivência o objetivo único dos Estados e a ideia de que a segurança constitui-se um jogo de soma zero, em que a segurança de um Estado só pode ser adquirida com a diminuição da segurança de outros (MURGI, 2013, p.126).

¹⁸ Como a exploração de petróleo e matérias-primas, além dos investimentos e empréstimos (PECEQUILO, 2011).

Depressão¹⁹ e que a AL aumentou sua importância como região fornecedora de material estratégico em função da coação de uma nova guerra²⁰.

Durante a Segunda Guerra mundial, a AL passou a ser incluída nas prioridades de segurança dos EUA, alguns países foram mais beneficiados do que outros, pois a nação estadunidense tinha interesses para obter apoio militar para a instalação de bases e mobilização de insumos estratégicos conforme as necessidades de guerra. Nesse período, a AL transformou-se na única fonte segura restante para oferecer insumos para os Estados Unidos, cobre, zinco, antimônio, vanádio, manganês e tungstênio eram alguns desses insumos. Outro fator que ocorreu durante a Segunda Guerra foi que apenas o Brasil cedeu territórios essenciais para o envio de forças à Europa e também envio das próprias tropas (BASTOS, 2015, p. 73).

O panorama pós-guerra²¹ mantinha um clima amigável e favorável entre a AL e os EUA, dando continuidade às políticas da Boa Vizinhança de Roosevelt, no entanto, logo se observou o começo do desinteresse dos EUA pela AL. Em 1947, foi estabelecido o Tratado Interamericano de Assistência Recíproco (TIAR) e no ano seguinte ocorreu a fundação da Organização dos Estados Americanos (OEA), ambos visavam instituir definitivamente os laços de cooperação políticos e militares, contudo, os EUA não mantiveram o bom nível de troca que Roosevelt alcançou (PECEQUILO, 2011, p.220).

O TIAR, tratado de segurança coletiva com a América Latina, estabelece o compromisso entre todas as nações do hemisfério de se unirem para repudiar ataques a membros da aliança, estabelecendo o conceito de solidariedade hemisférica. Por sua vez, a OEA é um organismo regional que busca reforçar essa solidariedade também no campo da cooperação política, propondo soluções coletivas e multilaterais para problemas e responsabilidades comuns no hemisfério (PECEQUILO, 2011, p. 220).

Os dois eram, em nível regional, representantes do afincamento dos EUA em criar uma estrutura de parceria e cooperação no sistema internacional seguindo a mesma lógica de inspiração liberal e democrática fundada nas demais organizações e instituições que foram instituídas no pós-guerra e que se alastraram pelo mundo (PECEQUILO, 2011, p.220).

A Política de Boa Vizinhança beneficiou a América Latina com a posição não-intervencionista dos Estados Unidos, o que promoveu uma mudança imediata nesse relacionamento, porém, com o surgimento da Guerra Fria, em 1947, o posicionamento da política externa dos EUA para a região mudou. (PECEQUILO, 2011, p.220).

¹⁹ Período de maior desaceleração econômica da história dos Estados Unidos, atingindo o capitalismo internacional. Teve início em 1929 e se entendeu até o final da década de 1930.

²⁰ Véspera da Segunda Guerra Mundial.

²¹ Segunda Guerra Mundial.

A nova estratégia da política externa norte-americana durante a guerra fria foi a contenção²², a prioridade dos EUA passou a se dirigir para outras áreas do mundo, significando o declínio da relação com a AL e um crescente desinteresse pela região, o que levou a padrões de distanciamento e negligência. Para os EUA, não era necessário continuar investindo na região, o confronto bipolar demandava dos EUA barrar o avanço soviético em outras regiões, estando a AL fora dessa zona de influência da URSS. (PECEQUILO, 2011, p. 219).

A ideia de hemisfério ocidental, de um “relacionamento especial” entre as Américas, perdeu muito de seu significado depois da Segunda Guerra Mundial. Com a aceitação de papéis internacionais mais amplos e da perseguição de relações íntimas com a Europa, os Estados Unidos abandonaram a ideia de duas esferas mundiais separadas e distintas. A ideia permaneceu, entretanto, na retórica dos Estados Unidos com relação à sua política latino-americana, mas na realidade nenhuma relação interamericana especial existiu seja no sentido de exclusividade ou prioridade (ATKINS, 1989, p. 121 apud PECEQUILO, 2011, p. 219).

A partir da segunda metade da década de 1950 o interesse na AL mudou, a “ameaça comunista” havia chegado na região e uma atenção maior era necessária. Em 1952 Eisenhower²³ e Dulles²⁴ criticaram o descaso de Truman²⁵ dos EUA para a AL. Em 1954, no governo estadunidense Eisenhower, houve a Declaração de Caracas, na qual os países latino-americanos comprometeram-se a renunciar ao marxismo, para manter o comunismo afastado, assim como a esperança de manter a URSS longe da região. O crescimento de partidos de esquerda desencadearam no fortalecimento desses partidos, nos movimentos e sindicatos de orientação comunista em países na América Latina pois ocorria na região uma crescente crise social e econômica, fazendo a preocupação norte-americana aumentar, apenas em relação à “ameaça comunista”. Com a Revolução Cubana, em 1959, e a ascensão de Castro ao poder junto de sua adesão ao marxismo e apoio da URSS, ficou claro que a política de contenção na região era falha, pondo fim a essa fase da relação interamericana na Guerra Fria, além de apontar a falência da política externa para a América Latina. (PECEQUILO, 2011, p.222).

A atitude norte-americana foi alterar as medidas que antes eram tomadas na região, eram medidas restritas ao estabelecimento do sistema interamericano e à assinatura de tratados bilaterais, passando-se a exercer uma ação mais definitiva pois expressava a instalação de um regime de oposição e o aumento da atuação de seu rival de guerra (SMITH,

²² Explicada no capítulo 2.2.1

²³ 34º presidente dos Estados Unidos.

²⁴ Ex-secretário de Estado.

²⁵ 33º presidente dos Estados Unidos.

1996). A tomada de decisão norte-americana pretendia primeiramente evitar a expansão do comunismo, havia o desejo de impedir sua chegada ao poder, seria preciso promover sua derrubada caso mais passos já tivessem sido dados. Para os EUA, era obrigatório impedir os avanços da esquerda nos países da AL, mesmo que isso significasse decretar a ilegalidade de formas de representação política ou a debilitação de um governo que fora legitimamente eleito e substituí-lo por um regime autoritário e ditatorial (PECEQUILO, 2011, p.223).

Em 1954, os EUA participaram na derrubada do presidente eleito da Guatemala, Jacobo Arbenz, pois consideraram seu governo de esquerda e suas intenções declaradas de levar a Guatemala a independência econômica via reforma agrária e modernização. Em 1958, o presidente brasileiro Juscelino Kubitschek lançou para os Estados Unidos o plano da Operação Pan-Americana (OPA), que constituiu como um alerta aos EUA para prestarem atenção na situação da América Latina, onde a realidade era de subdesenvolvimento e assimetria econômica, na OPA também constava a necessidade de um esforço conjunto, induzindo à cooperação visando o desenvolvimento econômico da região. Apesar disso, os Estados Unidos preferiram investir através de uma iniciativa privada, criaram o Banco Interamericano de Desenvolvimento ao invés de assumir compromissos diretos com os países da AL (BARBOSA, 2008, p. 72-76).

Entre a década de 1960 e início da década de 1970, a posição estadunidense foi a de destruir e desestabilizar os regimes de esquerda que estavam no poder em países da América Latina. Após a guerra-fria, documentos comprovaram o apoio dos EUA a golpes militares e regimes autoritários na região. (PECEQUILO, 2011, p.224).

A iniciativa de Kubitschek foi recuperada pelos EUA, no dia 13 de março de 1961 o presidente John Kennedy lançou a Aliança para o Progresso (ALpro) ao Congresso estadunidense, no dia seguinte solicitou 600 milhões de dólares para a ALpro e no final do mês enviou ao Congresso uma mensagem de ajuda à América Latina. No mês seguinte, os EUA mandaram homens para invadir a Baía dos Porcos em Cuba, o que acabou se tornando uma invasão fracassada. É fato que o lançamento da Aliança para o Progresso está ligada diretamente com a Revolução Cubana, tanto que em agosto, na conferência de Punta del Este a Aliança para o Progresso fora formalmente lançada (BARBOSA, 2008, p. 72-76).

Explicitamente com a Alpro, os Estados Unidos se comprometiam a promover o desenvolvimento local, trabalhando em conjunto com os países da América Latina para atingir metas de progresso e reestruturação social, política e econômica. A ideia fundamental era criar condições para que a América Latina, no período de dez anos considerado pelo plano, pudesse superar suas dificuldades, gerando um ambiente propício ao seu desenvolvimento. Para isso apresentavam-se como prioridades declaradas o aumento da renda per capita regional, a promoção de reformas sociais internas (reforma agrária), o combate à especulação dos preços, a diversificação do

comércio, a promoção da industrialização e do emprego e, por fim, o incremento da educação (PECEQUILO, 2011,p. 229).

O plano da Aliança para o Progresso foi um fracasso, os EUA não cumpriram com sua parte, assim como alguns países da AL. Entre 1960 e 1970 a Alpro desapareceu da política externa estadunidense, pois, ao contrário do que havia sido instituído, os Estados Unidos passaram a orquestrar e apoiar as novas ondas de ditaduras e intervenções que ocorreram na região, com a desculpa da “ameaça comunista”. Segundo Pecequilo (2011. p.230), “em vez da democracia, que viria pelo caminho do desenvolvimento econômico e da reforma social, os países latino-americanos experimentaram novas ondas de instabilidade, recaindo em soluções autoritárias”. A nova estratégia estadunidense era a destruição de regimes interpretados como de esquerda, em 1961 os EUA invadiram a República Dominicana; em 1962 apoiaram os golpes na Argentina (posteriormente também em 1966) e Peru; em 1963 Chile, Guatemala, seguido de novamente na República Dominicana, Equador e Honduras, e em 1964 no Brasil (PECEQUILO. 2011. p.231).

Percebe-se que diplomaticamente as intenções dos Estados Unidos para a América Latina podem ser vistas como “boas”, porém, ao analisar os acontecimentos durante a PBV fica claro que o interesse norte-americano nunca foi deixado de ser a prioridade dos EUA. Seguindo para a Aliança para o Progresso um padrão se repete, mas, de forma pior. A intenção de Kennedy não era a de ajudar a AL, muito menos de fazer com que países da região passassem a ser mais independentes economicamente, essa dependência da região para com os EUA é benéfica para o país hegemônico, assim como sua influência sobre a AL. As intervenções militares que ocorreram nos países latino-americanos só se concretizaram com o apoio estadunidense, utilizando, de forma recorrente, a desculpa contra a “ameaça comunista”.

2.2 POLÍTICA EXTERNA ESTADUNIDENSE DURANTE A GUERRA-FRIA

Após a Segunda Guerra Mundial o sistema internacional e as relações internacionais passaram por mudanças, simultaneamente a política externa dos países também. Segundo Gonçalves (2004), as mudanças no sistema internacional no cenário pós guerra podem ser determinadas por quatro razões.

Primeiramente, com o encerramento da guerra também se encerrou a supremacia europeia dentro das relações internacionais. Segundamente, o declínio dos países europeus desencadearam transformações na periferia do sistema internacional acelerando os

movimentos de descolonização, chegando ao fim os antigos impérios coloniais na Ásia e África. Em terceiro, os Estados Unidos saíram beneficiados do conflito, possuíam poder político, diplomático, econômico e militar incomparável a qualquer outro país, no setor industrial, segundo Ikenberry (2002), a produção dos estadunidenses era duas vezes superior à da Inglaterra e Alemanha, possuindo 48% da produção industrial de todo o mundo. Já o quarto fator, e diga-se de passagem o mais importante, diz respeito à URSS. A ascensão da mesma teve inferências diretas na política externa estadunidense, a influência e poder soviético (embora fosse menor comparado aos EUA) atrapalhava os objetivos estadunidenses de constituir uma nova ordem baseada conforme seus interesses (LAFEBER, 1997).

Conforme Gonçalves (2004, p. 27), “os EUA tentaram forjar instituições e regras internacionais de caráter multilateral, o que de certa forma “restringia” a total liberdade de ação da superpotência. Não obstante, é importante salientar que a decisão norte-americana não se tratava de uma “auto-restrição benevolente”. O pesquisador se refere a inicial tomada de decisão dos Estados Unidos de forjar uma ordem liberal internacional através da criação do FMI (Fundo Monetário Internacional), BIRD (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento ou Banco Mundial) e também da instituição das Nações Unidas, Organização Internacional do Comércio e o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT)²⁶, criados entre 1944 e 1947 (GONÇALVES, 2004, p. 27).

A estratégia de promoção do interesse nacional mediante a construção de uma ordem cooperativa garantia a existência de um ambiente internacional estável e favorável à expansão norte-americana. Ademais, a busca de interesses por meio de foros multilaterais, reduzia os custos do exercício da hegemonia e causava menos desconfiança por parte de outros Estados. (Ikenberry, 2002).

A estratégia de promover o interesse nacional dos EUA foi interrompido pelo surgimento de uma ordem internacional bipolar no sistema internacional, a posição da União Soviética passou a ser de confrontação e assim, em 1947, surgiu a Guerra Fria e a nova posição na política externa estadunidense seria a Contenção²⁷. (GONÇALVES, 2004, p. 29).

²⁶ A tentativa de se criar uma Organização Internacional do Comércio foi bloqueada pelo Congresso norte-americano. O GATT, que não constituía uma instituição, senão um acordo sobre comércio, deu origem à Organização Mundial do Comércio, criada em 1995 (GONÇALVES, 2004, p. 27).

²⁷Inicialmente chamada de Doutrina Truman, representou o lançamento oficial da Doutrina da Contenção. Posteriormente, a Doutrina Truman passou a receber o nome de Doutrina da Contenção (GONÇALVES, 2004, p. 32). A partir do momento que a URSS adquiriu a arma nuclear, a opção mais viável para os EUA foi a contenção: “A posse de armas atômicas em cada um dos pólos opostos do poder [...] valoriza um ataque surpresa contra nós. Da mesma forma, valoriza um processo mais violento e implacável de seu designio pela guerra fria, especialmente se o Kremlin for suficientemente objetivo para perceber a improbabilidade de prosseguirmos com uma guerra preventiva...” (NSC-68, 1950, p. 27). “Com o desenvolvimento de armas de destruição em massa cada vez mais assustadoras, cada indivíduo enfrenta a sempre presente possibilidade de aniquilação [...] Para nós, o papel do poder militar é servir ao propósito nacional ao impedir um ataque contra nós...” (1950, p. 3 e 8).

George Kennan²⁸, diplomata estadunidense, discursou sobre a política externa DOS EUA:

Nestas circunstâncias está claro que o principal elemento de qualquer política dos Estados Unidos em direção à União Soviética deve ser a de *uma contenção de longo prazo, paciente, mas firme e vigilante das tendências expansionistas russas* [...] a pressão soviética sobre as instituições livres do mundo ocidental é algo que pode ser contido pela habilidosa e vigilante aplicação de contrapressão em uma série de pontos geográficos e políticos em constante mudança, correspondentes às alterações e manobras da política soviética [...] É totalmente possível para os Estados Unidos influenciar por suas ações os desenvolvimentos internos, tanto dentro da Rússia como através do movimento comunista internacional pelo qual a política russa é amplamente determinada [...] É uma questão de em que medida os Estados Unidos podem criar genericamente entre os povos do mundo a impressão de um país que sabe o que quer, que está lidando com sucesso com os problemas de sua vida interna e com as responsabilidades de um poder mundial, e que tem uma vitalidade espiritual capaz de destacar-se entre as principais correntes ideológicas do tempo [...] Para evitar a destruição, os Estados Unidos somente precisam estar à altura de suas próprias tradições [...] (KENNAN, 1947, p.575-576 e 581-582).

A contenção primeiramente foi aplicada por meio de ajuda às nações que sofriam uma ameaça soviética mais presente, por condições estruturais e/ou geograficamente próximas à esfera já estabelecida pela URSS. A prioridade dos EUA era a de impedir que a Europa Ocidental, que ainda sofria as consequências da Segunda Guerra-Mundial, acabasse sendo incluída na órbita soviética, assim como havia acontecido na região leste. Internamente, a contenção se enquadrou ao desenvolvimento veloz das organizações e agências governamentais para dar conta da nova realidade e do encargo que os EUA deveriam cumprir na Guerra Fria. Melhor dizendo, a contenção inicialmente foi uma ação da política externa norte-americana para impedir a extensão do poder soviético, o combate contra o comunismo era de extrema importância, porém, não era o orientador principal da estratégia (posteriormente se tornando a estratégia principal) (PECEQUILO, 2011 p.152-153).

Subsequente à prioridade estadunidense citada anteriormente, a militarização da política externa seguiu o curso da contenção. Os EUA favoreceram a lógica da atuação política e econômica mais limitada proposta por Kennan: o Plano Marshall²⁹ e posteriormente a criação da Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte). Sendo assim, a política externa dos EUA estava passando por mudanças, sendo adaptável com o status da nação estadunidense no pós Segunda-Guerra Mundial e com uma maior complexidade de seus

²⁸ Kennan foi o responsável pela publicação do artigo intitulado “The Sources of Soviet Conduct” porém publicou como Sr.X, revelando pouco tempo depois sua identidade (PECEQUILO, 2011, p.149).

²⁹ Segundo Pecequilo (2011): Institucionalmente, o Plano Marshall deve ser visto como uma das mais profundas e importantes iniciativas da política externa, pois supunha uma ajuda incondicional e ampla dos Estados Unidos à Europa [...] Politicamente, o Plano Marshall visava garantir a estabilidade europeia, como também conquistar aliados, fortalecendo o poder norte-americano. Foram feitas uma série de acordos militares com a Europa, que posteriormente foram substituídos pela Otan.

interesses e dos riscos envolvidos para a sobrevivência da nação e ampliação de seus interesses (PECEQUILO, 2011, p. 153).

Os objetivos e princípios da Contenção foram escritos inicialmente no documento NSC-20/4 em 1948, dois anos depois o documento foi ampliado na NSC-68³⁰. Em 1950, com a NSC-68, a forma final e definitiva da contenção e das políticas relacionadas no campo militar, econômico e político foram estabelecidas (PECEQUILO, 2011, p. 150 e 156).

No NSC-20/4 (1948), como aponta na obra de Pecequilo (2011):

A maior ameaça à segurança dos Estado Unidos no futuro próximo nasce das características hostis e poder formidável da União Soviética e da natureza do sistema soviético [...] A dominação soviética do poder potencial da Eurásia, seja atingido pela agressão armada ou por meios políticos e subversivos, seria estratégica e politicamente inaceitável para os Estados Unidos. Os Estados Unidos devem reduzir o poder e influência da União Soviética a limites que não mais constituam uma ameaça à paz, independência nacional e estabilidade do mundo de família de nações [...] gerar uma mudança básica na conduta das relações internacionais do governo da Rússia [...] (PECEQUILO, 2011, p. 150).

A NSC-68 (1950) deu-se como uma opugnação à relativa timidez da política estadunidense, ela propalava uma ação política ocidental mais potente, dando constância maior à política e à estratégia, também pregava a mobilização e a militarização da política externa. Mostrava que a expansão dos intuits ideológicos soviéticos estava apenas sendo disposta com a ausência de uma superioridade declarada no s.i, e assim a NSC-68 lançou um alerta aos EUA e seus aliados sobre a posição ofensiva e agressiva da URSS no sistema. Para a avaliação que constava no documento, mesmo sendo superior à URSS no âmbito econômico, político e militar, os EUA não estavam se esforçando a altura no conflito, quase invalidando a ameaça soviética (PECEQUILO, 2011, p.156-157).

A contenção passou por várias combinações de estratégias militares, políticas e econômicas no decorrer da Guerra Fria para “derrotar” a URSS, tendo também mudanças nas prioridades da política externa estadunidense ao longo dos anos, sendo essas fases: a Confrontação (1947 a 1962), a Coexistência (1963 a 1969), a Détente (1969 a 1979), a Confrontação Renovada (1979 a 1985) e a Retomada do Diálogo (1985 a 1989) (Ibidem, 2003, p. 163).

“[...] a contenção foi o guia e o referencial central para a política externa norte-americana, consistindo sua grande estratégia durante toda a Guerra Fria. A contenção e as prioridades e ações a ela associadas definem o padrão

³⁰ A formulação do NSC-68 foi coordenada por Paul Nitze, que havia assumido o lugar de Kennan na coordenação do Grupo de Planejamento Político no fim de 1949. Pressionado pelas críticas domésticas e pela obtenção soviética da bomba atômica, no início de 1950, Truman pede uma reavaliação das estratégias dos EUA para a Guerra Fria. Truman examina o documento (NSC-68) em Abril, e o implementa após o início da Guerra na Coréia. (LaFeber, 1997, p. 68 e 95).

contemporâneo das relações internacionais norte-americanas.” (Pecequillo, 2003,p.142).

Seguindo a contenção a política externa estadunidense buscou estreitar os laços com algumas potências europeias e Japão, assim os países aliados aceitaram a hegemonia de Washington em troca da proteção fornecida pelo poder militar dos EUA. Desta forma, a abordagem da política externa estadunidense em relação às potências ocidentais foi a de cooperação, pois essas nações tinham um papel de importante estratégia na implementação da Doutrina da Contenção. Nos países periféricos, destaque para a região da América Latina, a ação da política externa foi diferente, usando da desculpa da “luta contra o comunismo”, financiaram, influenciaram e articula diversas intervenções militares unilaterais, sendo uma estratégia de contenção totalmente ofensiva (GONÇALVES, 2004, p. 48).

2.3 A ARTICULAÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS SOBRE O GOLPE MILITAR DE 1964 NO BRASIL

João Goulart venceu as eleições para Vice-presidente³¹ do Brasil em 1955 e 1960, em seu segundo mandato venceu junto de seu oponente político Jânio Quadros (União Democrática Nacional), pode-se dizer que Goulart venceu as eleições devido a sua proximidade com a classe trabalhadora, seu ideário trabalhista e seu posicionamento público a favor de políticas distributivas e reformistas (ZANGHELINI e FILHO, 2019, p. 240).

Já no início de seu mandato, Jânio Quadros, teve dificuldades em lidar com o Congresso, logo, as medidas impostas por seu governo não ocorreram da forma que a classe do setor industrial desejava (Ibidem, 2019, p. 241). Jânio passou a sofrer grande pressão de seus companheiros conservadores e de outros partidos políticos, após sete meses de mandato, no dia 25 de agosto de 1961, o Presidente da República renunciou (BANDEIRA, 1978).

Conforme a constituição vigente, o Vice-Presidente do Brasil deveria assumir o cargo de presidência, porém João Goulart estava fazendo uma visita diplomática³² em Cingapura. Nesse curto tempo figuras brasileiras importantes como o General Odílio Denys (Ministro da Guerra), Brigadeiro Moss (Ministro da Aeronáutica) e Almirante Sílvio Heck (Ministro da Marinha) se juntaram contra a posse de Goulart, divulgando de forma golpista uma nota contra o mesmo (BANDEIRA, 1979). Posto isto, Ranieri Mazzilli (Presidente da Câmara dos

³¹ De acordo com a Constituição vigente (1946), a escolha do presidente e a de seu vice não estavam vinculadas.

³² Faz-se importante assinalar que essa missão comercial de Jango à China já se inseria nos quadro da política externa independente, a qual buscava afirmar a autonomia relativa do Brasil face à hegemonia estadunidense (STARLING, 1979).

Deputados), assumiu interinamente a presidência da República e enviou ao Presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, para ser lida em Plenário um aviso (ZANGHELINI e FILHO, 2019, p. 242):

Tenho a honra de comunicar a V. Exas. que, na apreciação da atual situação política criada pela renúncia do presidente Jânio Quadros, os ministros militares, na qualidade de chefes das Forças Armadas responsáveis pela ordem interna, manifestam a absoluta inconveniência, por motivos de segurança nacional, do regresso ao País do Vice-Presidente da República João Belchior Marques Goulart (PINHEIRO, 1993, p. 62).

Leonel Brizola (então governador do Rio Grande do Sul), quando soube da renúncia de Jânio, lutou através da mobilização social e da tomada de medidas que preservaram a ordem pública, contra o que poderia se tornar uma ditadura militar, seu esforço foi considerado um ato revolucionário (ZANGHELINI e FILHO, 2019, p. 243). Se não fosse pela postura de resistência de Brizola e sua organização popular, João Goulart não assumiria como presidente do Brasil e uma ditadura inauguraria em 1961 (SCHILLING, 1979), sobre o episódio, Brizola fez o seguinte comentário: “o povo brasileiro demonstrou que tem capacidade de luta e que sabe exercitá-la, dependendo das circunstâncias” (BANDEIRA, 1979, p. 86).

Estas sequências de acontecimentos mostram como figuras da política brasileira possuem um histórico de luta contra a tentativa de implantar uma ditadura militar no país, assim como o povo brasileiro que também se mobilizou para que a mesma não ocorresse na época de 1961, esta luta contra a ditadura recebeu o nome de Campanha da Legalidade, tendo Leonel Brizola como a figura mais memorável do ato.

A caminho de sua volta ao Brasil, Jango (João Goulart), fez uma parada no Uruguai, neste momento Tancredo Neves, a mando do Presidente Interino, foi ao encontro do futuro Presidente, Brizola percebeu que poderia se tratar de uma nova tentativa contra a posse de Goulart, em uma entrevista Brizola confirmou: “Meu propósito era reter Tancredo Neves em Porto Alegre, mas o avião em que ele viajava seguiu direto para Montevideú. [...] Estávamos descontentes com o rumo da situação. Sabíamos que, àquela altura, Goulart já tinha condições de assumir a Presidência da República, na crista do movimento popular e com o apoio da maioria das Forças Armadas, sem precisar fazer qualquer concessão”. (ZANGHELINI e FILHO, 2019, p. 244). No entanto, Tancredo Neves defendia que a Constituição brasileira fosse respeitada e que a posse de Jango ocorresse, desencadeando para ele o cargo de Primeiro-Ministro.

Na data de 1º de setembro de 1961, já em solo brasileiro, Jango reunido com jornalistas, deu a mensagem de que aceitava o cargo de Presidente da República, o novo regime em seguida foi aprovado pelo Congresso Nacional (Ibidem, 2019, p. 245). Destarte, Jango dispunha de poder para afastar os agentes do imperialismo e das oligarquias dentro do governo, além de poder afastar os generais golpistas e promover a oficialidade nacionalista e progressista assegurando base militar às reformas necessárias. Porém, ao invés disso, Goulart preferiu estabelecer compromissos e ser presidente do Brasil com poderes limitados pelo Congresso. Para Schilling (1979), A Resistência Democrática da Legalidade foi profícua, mas a Revolução foi perdida. O pacto parlamentarista enterrou os anseios da população.

Neves passou a inclinar-se no sentido nacionalista, entre as primeiras medidas tomadas, em função disto e por iniciativa de Gabriel Passos, ministro das Minas e Energia, o Conselho de Ministros cancelou todas as concessões de jazidas de ferro feitas ilegalmente ao acordo estadunidense *Hanna Exploration Company*³³. Além do mais, o chanceler San Tiago Dantas, retomou as relações diplomáticas com a União Soviética e se posicionou contra as sanções que os EUA queriam impor sobre Cuba, em janeiro de 1962 Dantas se absteve de votar a favor da expulsão de Cuba da OEA (Organização dos Estados Americanos) (SCHILLING, 1979 apud ZANGHELINI e FILHO, 2019, p. 245).

Leonel Brizola, em 1959, havia tomado posse, pela administração pública, da Companhia de Energia Elétrica Rio-Grandense, filial da multinacional *American & Foreign Power* (Amforp), pertencente à *holding* estadunidense *Bond and Share*, na qual a concessão estava vencida (ZANGHELINI e FILHO, 2019, p. 246). Em 1962, Brizola desapropriou os bens da Companhia Telefônica Riograndense, subsidiária da *International Telephone & Telegraph* (ITT), cuja concessão também estava vencida (BANDEIRA, 1979). A junção desses fatos acirraram a relação entre Brasil e EUA. O presidente norte-americano John Fitzgerald Kennedy³⁴ chegou a tachar Brizola de inimigo dos EUA (FILHO, 1987). O governo estadunidense também se pronunciou falando que o feito de Brizola era “um passo atrás” nos planos da Aliança para o Progresso (SCHILLING, 1979).

[...] um dos problemas que mais envenenavam as relações entre os governos do Brasil e dos EUA: a desapropriação pelo governador Leonel Brizola, com indenização puramente contábil, dos bens de subsidiárias estrangeiras de serviços públicos no Rio Grande do Sul. [...] diante do precedente que criavam, o Congresso dos EUA aprovou a emenda Hickenlooper, segundo a qual seria suspensa qualquer “ajuda” aos países onde houvesse desapropriação de empresas norte-americanas sem “justa indenização” (ALMEIDA, 2014, p. 241-242).

³³ Companhia de mineração que explorava jazidas em Minas Gerais.

³⁴ Kennedy serviu como Presidente dos Estados Unidos de 1961 a 1963, quando foi assassinado.

Ao analisar o contexto histórico da Guerra Fria, a postura esperada dos EUA para com o Brasil era que a postura brasileira deveria seguir um alinhamento com a nação hegemônica capitalista, sendo que as políticas nacionalistas e a retomada de relações com a URSS, seu rival, ia contra as pretensões imperialistas estadunidense.

As tomadas de decisão brasileiras provocaram uma crise política entre o Brasil e os Estados Unidos, tendo a questão das subsidiárias dos serviços públicos como epicentro (BANDEIRA, 1979). Segundo Brizola, “o processo espoliativo é o problema fundamental. Todos os demais são secundários ou consequências” (VASCONCELLOS, 2008, p. 8). Como o cenário entre essa relação não era positivo, Goulart chegou a viajar para Washington, na tentativa de contornar a situação se encontrou com o presidente estadunidense John Kennedy. A intenção de Jango era encontrar uma maneira de regulamentação do capital estrangeiro na economia brasileira e negociar a dívida externa. Segundo Almeida (2014) : “No entanto, mesmo que Goulart ainda fizesse certa relativização entre o imperialismo “bom” e o “mau” e houvesse mencionando a importância da contribuição estrangeira para o Brasil, ele não se mostrou receptivo à insistência de Kennedy para a “justa compensação” na compra das empresas de utilidade pública pertencentes aos trustes estadunidenses e ao apoio resolutivo do Brasil à Aliança para o Progresso”.

Ainda no ano de 1962 o Procurador-Geral dos EUA, Robert Kennedy³⁵, visitou o Brasil para tratar de alguns assuntos. Darcy Ribeiro (2010, p. 31), afirma que os principais assuntos tratados foram as “desapropriações das empresas estadunidenses de Porto Alegre, a defesa dos interesses econômicos da Hanna, o perigo da penetração comunista em seu governo e, até, a tentativa de interromper as relações econômicas do Brasil com o bloco socialista.” (RIBEIRO, 2010, p. 31 *apud* ZANGHELINI e FILHO, 2019, p. 247).

Em janeiro de 1963 ocorreu a campanha a favor da volta do presidencialismo, Jango acreditava que não poderia realizar as reformas de base sem tais poderes, o resultado da votação popular foi favorável ao presidencialismo. O atual presidente buscou construir uma base política forte -as reformas de base podem ser dadas como principal bandeira do governo de Goulart-, cultivando relações com o Centro e mantendo seus laços estreitos com a Esquerda, pelo meio de pedidos claros ao apoio popular para suas reformas de base, mobilização das massas, apoio a rebeliões de soldados e sargentos do Exército e Marinha e para as Ligas Camponesas³⁶ (PEIXOTO, 1986, p. 357). Ademais, Jango também procurou

³⁵ Irmão do presidente estadunidense John Kennedy.

³⁶ As Ligas Camponesas eram associações de camponeses, militantes pela reforma agrária no país, se necessário, na “marra” (PINHEIRO NETO, 1993, p. 102). Nasceram de associações de trabalhadores rurais criadas em Pernambuco, estendendo-se posteriormente a outras regiões do Brasil, sendo criadas, de fato, em 1955,

formar uma coalizão de apoio que visava uma sociedade mais pluralista, buscando apoio mais vasto do que apenas as forças populares e assim estabeleceu uma aliança arriscada: dividiria o plebiscito com o PSD para que este lhe desse suporte parlamentar (ZANGHELINI e FILHO, 2019, p. 248). Jango prosseguiu com suas políticas que buscavam melhorar as condições de vida de diferentes camadas sociais.

A proximidade das Ligas Camponesas com Fidel Castro, através do Partido Comunista Brasileiro (PCB), representava uma solidariedade com o movimento cubano. Tal proximidade gerou uma preocupação ainda maior dos EUA, devido ao seu medo de que as radicais iniciativas cubanas da reforma agrária se repetissem no Brasil. Dado isso, o irmão do presidente Kennedy também visitou o Engenho Galileia³⁷, em Vitória de Santo Antão, nos limites da região do Agreste com a Zona da Mata de Pernambuco (ALVES, 2015).

O governo nacional-reformista de Jango buscava melhorar as condições de vida das camadas populares, distribuir renda mais igualmente e estimular economicamente as indústrias nacionais e os setores agrários voltados para o grande mercado de baixa renda, sua política sempre se mostrou nacionalista, essas questões serviram também para intensificar ainda mais a tensão entre Brasil e os EUA (DREIDUSS, 1986).

Numa vertente, estava o Brasil das Reformas de Base, empenhado em abrir perspectiva para uma nova era, fundada numa prosperidade oriunda da ativação da economia rural e da mobilização da economia urbana, ampliada através das outras reformas em marcha [...] Na vertente oposta, estava o Brasil da reação, em união sagrada para a conspiração e o golpe, sem qualquer escrúpulo, a fim de manter a velha ordem (RIBEIRO, 2006, p. 207-208).

Segundos Santos, 1995: “encontrava-se do lado daqueles para quem o mundo e a vida não devem ser transformados a ideologia burguesa. No entanto, na outra margem do rio, havia o pensamento de esquerda que desejava arrancar o Brasil do atraso.”

Essa burguesia era um núcleo de pessoas com outra realidade brasileira, pessoas que defendiam os valores e instituições tradicionais e conservadoras, como a família, a religião, a propriedade e os apelos ideológicos contra a ameaça comunista e a defesa da democracia (STARLING, 1986). Em outubro de 1963, o governador Carlos Lacerda, oposto as ideologias de Goulart, realizou uma entrevista³⁸ em busca de desestabilizar o presidente do Brasil, na

ganhando notoriedade principalmente a partir de 1960 (ROLLEMBERG, 2001, p. 21). Enquanto o prestígio e atuação das Ligas aumentava, crescia também a preocupação acerca do que as Ligas Camponesas seriam focos de guerrilha comunista no país. É considerada como uma das precursoras do Movimento dos Sem-Terra (MST) (SOUZA, 2005, p. 4).

³⁷ A mobilização camponesa do Nordeste, que assume a denominação “Ligas Camponesas”, inicia-se no Engenho Galiléia, em Pernambuco, município de Vitória de Santo Antão, no ano de 1954 (BASTOS, 1984).

³⁸ Entrevista concedida ao jornalista estadunidense do *Los Angeles Times*, a qual foi publicada no Brasil pela *Tribuna da Imprensa*.

entrevista, Lacerda aclamava a intervenção dos EUA afirmando que o governo de Jango era composto por comunistas e que os militares já discutiam quanto ao futuro, se era “melhor tutelá-lo, patrociná-lo, colocá-lo sob controle até o término do seu mandato ou destruí-lo agora mesmo” (BANDEIRA, 1978, p. 130).

Em janeiro de 1964 Jango regulamentou a Lei de Remessa de Lucros³⁹

[...] (a lei) restringia a remessa de lucros pelas companhias multinacionais às suas matrizes. Determinava, assim, que as empresas estrangeiras teriam o direito de remeter, para fora, dividendos de até 10% do capital que introduzissem no Brasil. Os lucros acima desse limite seriam considerados capital suplementar, devendo ser reinvestidos no País (RIBEIRO, 2006).

A situação entre as duas classes brasileiras transparecia certa tensão, a esquerda esperava de Jango uma atitude mais firme em relação às reformas de base e utilizar sua força presidencialista para romper com o imperialismo estadunidense, do lado oposto, a burguesia conservadora e uma classe de militares pressionavam cada vez mais outros poderes e disseminavam ideias anticomunistas e anti esquerda entre o povo brasileiro.

Ainda que houvesse certas divergências dentro da esquerda mais radical (no sentido político de querer chegar à raiz dos problemas) e a esquerda mais moderada quanto à solução dos problemas nacionais, o fato principal é que as propostas nacionais-reformistas passaram a sinalizar um avanço progressista e o governo pôde contar com o apoio dos movimentos populares. Às dez horas da noite do dia 13 de março de 1964, no Rio de Janeiro, na Praça da República, em frente à Central do Brasil – mesmo lugar que Vargas utilizou para a cerimônia de fundação do Estado Novo sob a proteção de tropas do I Exército –, Brizola e Jango (dentre outros importantes personagens da linha de frente trabalhista e socialista) uniam a esquerda brasileira e mobilizavam mais de 500 mil pessoas no Comício da Central – umas das mais famosas manifestações públicas da história do Brasil (ZANGHELINI e FILHO, 2019, p. 257).

Em seu pronunciamento, Jango deixou claro que buscava levar ao Brasil uma política mais nacionalista e popular. Deixou claro que considerava a classe trabalhadora como um ator social que integrava um contrato (MUNTEAL, 2008 apud ZANGHELINI e FILHO, 2019, p. 252).

Também divulgou decretos que limitariam os aluguéis urbanos, efetuariam a nacionalização das refinarias particulares de petróleo e desapropriariam as terras ociosas das margens das rodovias e açudes federais (MARINI, 2012). As seguintes falas fazem parte de seu discurso:

[...] Ainda não é a reformulação do nosso panorama rural empobrecido. Ainda não é a carta de alforria do camponês abandonado. Mas é o primeiro passo: uma porta que

³⁹ A lei fora aclamada desde a carta-testamento de Getúlio Vargas e havia sido aprovada pelo Congresso, em agosto de 1962, posteriormente acabou sendo a primeira lei revogada por Castelo Branco (ZANGHELINI e FILHO, 2019, p. 258).

se abre solução definitiva do problema agrário brasileiro. O que se pretende com o decreto que considera de interesse social, para efeito de desapropriação, as terras que ladeiam eixos rodoviários, leitos de ferrovias, açudes públicos federais, e terras beneficiadas por obras de saneamento da União, é tornar produtivas áreas inexploradas ou subutilizadas, ainda submetidas a um comércio especulativo, odioso e intolerável (RYFF, 1979, p. 23).

Ao decorrer, o outro lado do Brasil, os movimentos opositores, parte da igreja católica e os militares ficaram ainda mais indignados com a postura que o presidente da república vinha tomando. Iniciou-se uma mobilização fascista que culminou nas passeatas por “Deus, liberdade e família” (SANTOS, 1995). Em março de 1964 durante a passeata as pessoas gritavam que iriam salvar o Brasil das mãos de Goulart, Brizola e do comunismo (SCHWARCZ; STARLING, 2015). Vasconcelos (2005) afirma que, como bem se sabe, o inimigo dos EUA naquele ponto não era a ameaça comunista, mas sim o projeto de desenvolvimento nacionalista brasileiro.

Conforme afirma Moniz Bandeira (1978, p. 178) :“o comunismo era, enfim, a própria democracia que, com a presença de Goulart na Presidência da República, possibilitava a emergência política dos trabalhadores” (apud ZANGHELINI e FILHO, 2019, p. 259).

No final de março, Jango buscou o apoio de militares que pensavam de forma desigual a de seus superiores do exército, neste evento o presidente fez uma grande reflexão a respeito da carta-testamento de Vargas, ali ele anunciou que um golpe estava sendo tomado contra seu governo (TOLEDO, 1984). Neste período houve a articulação da CIA (Agência Central de Inteligência) que conseguiu instigar os conflitos internos para o golpe de Estado. O clima incitava e dava legitimidade às Forças Armadas na intenção de efetuarem a intervenção militar (ZANGHELINI e FILHO, 2019, p. 259). Foi comprovado através de gravações de que o presidente Kennedy, antes de ser assassinado⁴⁰orquestrou a queda de Goulart. Durante a Guerra Fria, os Estados Unidos passaram a imagem de que estavam prestando assistência à América Latina, porém na realidade, o que o Estado Imperialista fazia era assegurar o controle ideológico da região (FICO, 2008).

A articulação dos Estados Unidos na “campanha de desestabilização”, que consecutivamente gerou no golpe, teve início ainda em 1961 e 1962, conforme explorado e analisado por Bandeira (1978):

Em 1961, o Departamento de Estado dos EUA começou a solicitar ao Itamaraty vistos para seus militares que entravam no Brasil sob os mais diversos disfarces (religiosos, jornalistas, executivos etc.). Esses sujeitos, chamados de “Boinas verdes”, pertenciam a uma unidade de elite militar estadunidense treinada, sobretudo, para combater movimentos progressistas. Conforme as estatísticas

⁴⁰ No final de novembro de 1963, John Kennedy foi assassinado em Dallas no estado do Texas.

oficiais de desembarque de indivíduos estadunidenses no Brasil, em 1962, os números representaram recordes de imigração e, em 1963, ainda que esse cálculo tenha diminuído, o cômputo de entrada de pessoas era maior que a média em relação a todos os anos anteriores. [...] A CIA claramente veio organizando diversas operações especiais dentro e fora do Brasil; inclusive, em julho de 1963, ocorreu o considerável fato de um submarino estadunidense ter desembarcado em Pernambuco com munições de guerra.

Lincoln Gordon, embaixador dos EUA, confessou que em 1962 se intensificou a propaganda anticomunismo no Brasil, assim como a intervenção estadunidense no processo político brasileiro, ele ainda afirmou que os Estados Unidos chegaram a gastar cerca de US \$5 milhões de dólares em campanhas de candidatos políticos rivais de Jango. O envolvimento norte-americano ocorreu devido à permissão dada inicialmente por Kennedy, tornando a embaixada dos Estados Unidos (localizada no Rio de Janeiro) um ator político totalmente envolvido nos negócios internos da política brasileira (FICO, 2008, p. 77).

A historiadora Ruth Leacock, afirmou que o embaixador Gordon deu início ao plano de contingência no segundo semestre de 1963, o mesmo admitiu que o plano foi feito para o Brasil e posteriormente foi nomeado como Operação *Brother Sam*. Articulado em 1963, o plano de contingência assegurava “mudar significativamente, por violência ou de outro modo, o caráter do regime que governa o Brasil”. É importante ressaltar que o plano não foi elaborado com pressa pelos norte-americanos, houve uma preparação logística junto da entrega de armas e realização de exercícios navais na costa brasileira (FICO, 2008, p. 88).

Nas vésperas do golpe o plano estava feito, Gordon reafirmou ao Departamento de Estado em 28 de março de 1964, suas suposições sobre Goulart estar planejando dar um golpe para, junto do PCB, implantar uma ditadura da esquerda revolucionária radical que levaria o Brasil ao comunismo, como uma ditadura peronista. A intervenção envolveu um porta-aviões, um porta-helicópteros, um porto de comando aerotransportado, seis contratorpedeiros carregando armas e quatro navios-petroleiros que traziam combustível para o caso de um boicote do abastecimento pelas forças legalistas (FICO, 2008, p. 100).

Olympio Mourão Filho, general comandante da IV Região Militar de Minas Gerais, no dia 31 de março, começou o golpe de Estado deslocando suas tropas de Juiz de Fora ao Rio de Janeiro para invadir e tomar o Ministério da Guerra e tirar Jango do poder (ALMEIDA, 1977 *apud* ZANGHELINI e FILHO, 2019, p. 247). Em 2014, através de novos depoimentos, foi confirmado que os EUA enviaram grandes quantias de dinheiro para ser usado a vista de subornar generais para se juntarem ao golpe de Estado (GOMES, 2014). Nas primeiras horas do dia 2 de março, o líder latifundiário e presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, declarou vacante a Presidência da República, esse ato foi tomado como a versão parlamentar

do golpe de Estado (FICO, 2008, p. 103). Às pressas, o governo norte-americano reconheceu o novo presidente do Brasil, como forma de justificar seu envolvimento militar para a opinião pública caso Brizola e Goulart resistissem ao golpe (BANDEIRA, 1978 apud ZANGHELINI e FILHO, 2019, p. 260).

No dia 1º de abril, o futuro presidente do Brasil, Castelo Branco, já estava em contato com Gordon e informou que o apoio logístico e militar estadunidense não seria necessário (FICO. 2008. p. 108). Segundo Elio Gaspari (2014, p. 14), “Johnson apoiou o golpe e orgulhava-se disso, mas apenas seguiu a planilha de Kennedy” (ZANGHELINI e FILHO, 2019, p. 263).

Com isso, a operação *Brother Sam* se encerrou, mas atingiu seu propósito que foi articulado desde o governo de Kennedy, o Brasil não estaria mais sobre o controle de um líder que buscava tornar o país mais nacionalista em sua política externa e doméstica, a “ameaça comunista” havia sido vencida com o golpe militar. As informações a respeito do envolvimento estadunidense na articulação e tomada do golpe de Estado foram expostas aos poucos, o governo norte-americano não queria seu nome envolvido diretamente, porém após mais de três décadas é possível juntar tais informações e analisar todos os passos estadunidenses envolvidos. O país hegemônico agiu conforme o esperado vindo de uma nação imperialista, exercendo as ações imperiais sobre o Brasil, ex-colônia, visando apenas seus próprios interesses.

2.4 A POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS APÓS A GUERRA-FRIA E O NOVO INIMIGO ESTADUNIDENSE APÓS O 11 DE SETEMBRO DE 2001

Em 1991, com fim da Guerra Fria, George Bush Pai⁴¹ ocupava o cargo de presidente dos Estados Unidos. O cenário mundial apontava o desconhecido, havia a percepção de uma nova ordem mundial, que seria orientada pelos Estados Unidos, sendo o país hegemônico que havia ganhado a Guerra e se tornando a única superpotência no sistema internacional.

Para Pecequilo (2011, p. 294), as prioridades estabelecidas pelos EUA no pós Guerra Fria são:

1. A manutenção da liderança internacional para a preservação de um ambiente internacional estável no qual possam ser garantidas a inviolabilidade do território norte-americano e a expansão de seus interesses e valores no sistema.
2. A prevenção do surgimento de potências regionais hegemônicas na Eurásia e da emergência de conflitos internos nessa área que possam desestabilizar o equilíbrio de poder mundial e, conseqüentemente, a posição norte-americana.
3. O combate às

⁴¹ Bush, republicano, ocupou o cargo de presidente dos Estados Unidos até 1993, após Bush o democrata Bill Clinton tomou posse do cargo presidencial.

ameaças transnacionais de segurança, como a proliferação das armas de destruição em massa, o terrorismo internacional, o narcotráfico, a imigração, entre outras, assegurando o bem-estar da sociedade norte-americana. 4. A disseminação da democracia e do livre mercado.

Manter a ordem, vindo dos Estados Unidos, sinaliza manter os interesses norte-americanos acima dos interesses de outros Estados, cultivando o império estadunidense. Com o inimigo soviético derrotado, não havia no período pós Guerra Fria um novo inimigo que ameaçava a soberania estadunidense, os passos da política externa da superpotência amplificaram pelo sistema internacional seu imperialismo.

Os EUA apresentam certos traços de políticas externas, principalmente advindos da era Clinton, como "a revitalização da economia americana" e a promoção da "democracia no exterior" (GUIMARÃES, 2022 *apud* PECEQUILO, 2011).

A estratégia da política externa tinha elementos básicos, como o engajamento e a expansão da democracia e do livre mercado, mantendo o papel de liderança dos Estados Unidos. Segundo Pecequilo (2011, p. 313) há quatro prioridades por trás da nova estratégia norte-americana, sendo elas: 1. Fortalecer o núcleo principal das democracias de mercado, incluindo a dos próprio EUA, favorecendo a disseminação dos valores e princípios democráticos para todo o sistema a partir desta comunidade; 2. Incentivar, quando possível, a implementação e a consolidação de novas democracias e livres mercados em Estados significativos e importantes; 3. Impedir a agressão de Estados hostis à democracia e incentivar a sua liberalização por meio de políticas específicas; 4. Perseguir uma agenda humanitária para a melhora das condições de vida em regiões prejudicadas. Posteriormente, criar condições para que eventualmente essas comunidades possam integrar-se ao sistema pacífica e democraticamente.

Por meio da Iniciativa para as Américas⁴² (IA), pretendia-se promover um novo diálogo entre os Estados Unidos e a América Latina para assim reduzir a dívida externa da região, redirecionar os investimentos externos para a AL e criar uma zona hemisférica de livre comércio. Por meio da IA, se estabeleceu na região da América Latina novas organizações intergovernamentais, blocos econômicos e tratados como o Nafta (Tratado Norte-Americano de Livre-Comércio) e a Alca (Área de livre comércio das Américas). Outra conduta da política-externa estadunidense foi a preservação e expansão da Otan, passando a aprovar a ingresso de novos membros como a República Tcheca, Polônia, Bulgária, Estônia, Letônia,

⁴² Apresentada pela Presidência de George Bush em 1990 e aprovada por Clinton em 1993 (PECEQUILO, 2011, p. 350 e 352).

Lituânia, Roménia, Eslováquia, Eslovénia, Albânia, Croácia e Montenegro. (PECEQUILO, 2011, p. 350-351).

Em 11 de setembro de 2001 ocorreu nos Estados Unidos o atentado terrorista que viria a ser o mais comentado mundialmente, em que dois aviões colidiram contra as Torres Gêmeas e contra o Pentágono, esses atentados foram realizados pela Al-Qaeda. A partir disso, o presidente estadunidense George W. Bush Filho declarou guerra contra o terrorismo, também intitulada como Guerra Contra o Terror.

Logo após o atentados, ocorreu um aumento na concentração das atenções dos governantes ocidentais para os grupos islâmicos extremistas, Bush designou esses grupos como a representação de maior ameaça à manutenção da segurança internacional. Em seu discurso, que fora feito em 20 de setembro de 2001, Bush deixou claro que o governo americano não diferenciaria os terroristas que cometeram os atos e qualquer outros que fossem cúmplices ou aliados, Bush passava em seu discurso a impressão de que o terrorismo era um mal que podia ser eliminado ao invés de vê-lo e interpretá-lo como um fato complexo repleto de fatores a serem estudados e analisados (MARTINEZ e SERVIDONI, 2008, p. 132).

Haviam cinco fatores que se relacionavam nos EUA após os atentados, sendo eles a securitização da defesa legitimada pelos discursos de Bush, os objetivos dos EUA na Guerra Contra o Terror, a nova agenda de militarização e o aumento do orçamento militar, o lobby do complexo militar-industrial e a influência que as pesquisas e recomendações dos *think tanks*⁴³ exercem sobre a política externa estadunidense. O principal destaque da Guerra Contra o Terror se dá ao uso de estratégias militares em desfavor da diplomacia, meios econômicos ou políticos (MARTINEZ e SERVIDONI, 2008, p. 131). “Washington deixou bem claro que não só estava pronto para usar a força em retaliação por atos de terrorismo, mas que tem as melhores capacidades militares do mundo para tal tarefa” (CAMERON, 2002, p. 143). Sendo assim, a Guerra Contra o Terror se tornou o motivo para que os Estados Unidos aumentassem o orçamento direcionado aos gastos militares.

Segundo Guimarães (2002), a política externa norte-americana se modificou em decorrência do atentado de 11 de setembro. A partir desse fato, vem se implementando um

⁴³ Os think tanks exercem diversas funções. A mais conhecida é pautar o debate político por meio da publicação de estudos, artigos de opinião e da participação de seus membros na mídia. A mistura entre pesquisa e advocacy faz deles a ponte entre conhecimento e poder. No sistema político altamente fragmentado dos Estados Unidos, os think tanks assumem tarefas de representação de diversos grupos de interesses, embora muitas vezes com pouca transparência com relação a como são financiados. Tatiana Teixeira chama a atenção para a função de “incubador ou reciclador de talentos” exercida pelos think tanks ao funcionar como “um local de entressafra para que aqueles que deixaram o poder tenham onde formular, elaborar e difundir suas idéias, mantendo-se na ativa, sem cair no esquecimento, e trocando experiências com os membros permanentes dessas organizações” (TEIXEIRA, 2007, p. 117).

novo perfil unilateral, agressivo e ofensivo na condução da política externa americana que tem transformado a forma de os Estados Unidos exercerem sua liderança neste início de século (GUIMARÃES, 2022 apud PECEQUILO, 2011). A estratégia de Contenção que vinha sendo utilizada pelos EUA até então, não cabia mais na situação que o país se encontrava.

Ainda em 2001, após o atentado de setembro, os EUA decidem invadir o Afeganistão para assim derrubar o regime Talibã, e iniciar as buscas por Osama Bin Laden, apontado pelos EUA como líder do ataque às torres gêmeas e ao pentágono (CRISTOL, 2019).

A Operação Enduring Freedom foi o primeiro desdobramento após a autorização formal do uso da força contra os envolvidos nos ataques de 11/9 pelo Congresso Americano. Tal operação buscou se legitimar na Resolução 1368 do Conselho de Segurança da ONU (CSNU), de 12 de setembro de 2001, na qual os membros expressavam sua disponibilidade em tomar todas as medidas necessárias (incluindo a força) para responder aos ataques de 11 de setembro. Entretanto, nenhuma referência ao capítulo VII da Carta da ONU foi feita (KATZMAN, 2010)

Em 2002, Bush deu início ao que chamou de "Eixo do Mal", composto por Estados⁴⁴ “falidos e bandidos” que poderiam vir a colaborar com grupos terroristas e possuíam potencial para criar armas de destruição em massa. Ainda em 2002, criou-se a Doutrina Bush, por via do documento de Estratégia Nacional de Segurança (NSS), a NSS determinava o terrorismo como o inimigo e a introdução do conceito de prevenção como referencial de ação (MARTINEZ e SERVIDONI, 2008, p. 134).

Bush tinha o propósito de impedir que o adversário pudesse adquirir capacidades militares que comprometeriam a segurança dos Estados Unidos, nesta ocasião seria deliberada a prevenção, a qual presumia agir, antes de ser indispensável, com uma postura de maior precaução quando a ameaça, de modo imprevisível, tem potencial de trazer consequências inaceitáveis através de suas ações, porém na NSS constava apenas a preempção, a qual visa-se impedir que o adversário seja capaz de utilizar as suas capacidades militares quando está em preparativos para o ataque. O real objetivo era não permitir que os Estados “ligados” ao terrorismo ou os próprios terroristas não ganhassem poder sobre os EUA, para não ocorrer ameaças aos interesses e à segurança estadunidense para assim chantagens não passarem a ocorrer. Bush havia transformado a ação preventiva, que até então era uma ação velada, na mais falada e polêmica face de sua política externa, em seguida passou a defender o argumento de que o Iraque possuía armas químicas e estava ligado à Al-Qaida (RODRIGUES, 2004, p. 8).

Baseado na NSS, os EUA passaram a permitir alianças com a China e Rússia pensando na importância das futuras ações militares estadunidenses, reforçando a cooperação

⁴⁴ Coreia do Norte, Irã, Iraque, Cuba, Líbia e Síria.

internacional com organizações internacionais, como a OTAN; ONU e OEA (Organização dos Estados Americanos), para ampliar a atuação estadunidense no globo e espalhar a retórica de liberdade e democracia. Todavia, os EUA decretaram o direito de agir unilateralmente, perante a justificativa da guerra contra o terrorismo (PECEQUILO, 2003).

Em 2003, a ONU afirmou que o Iraque não possuía armas de destruição em massa e Bush, que ainda mantinha o posto de presidente dos Estados Unidos, decidiu iniciar mais uma invasão militar na luta contra o terrorismo que viria a ser a guerra do Iraque. Um dos objetivos estadunidenses, que fora realizado, com a intervenção era depor Saddam Hussein do seu cargo presidencial. Logo em seguida, Bush fez um anúncio comunicando o sucesso da guerra e o começo de um processo de transição do Iraque para a liberdade (PECEQUILO, 2011, p. 414).

Nas palavras de Bush, a guerra contra o Iraque é uma vitória dos Estados Unidos contra o terror que se iniciou com os atentados em 11 de setembro de 2001 e que ainda persistia. Para ele, a guerra contra o terror prosseguiria conforme os princípios que ele havia deixado claro. Bush afirmou que os Estados Unidos tinham uma missão, essa missão correspondia a responder ameaças contra a segurança norte-americana e defender a paz, realizando essa missão de forma não passiva (BUSH, 2003).

Ao analisar este tópico, há evidências de que a política externa norte-americana com o final da Guerra Fria se baseou em manter e expandir a hegemonia estadunidense sobre os outros Estados, mantendo alianças que eram favoráveis aos Estados Unidos. O cenário pós Guerra Fria, de certo modo, era confortável para os EUA pois não havia outra superpotência capaz de contestar o poder norte-americano, no entanto, o ataque do 11 de setembro em 2001 surge como um novo conflito desestabilizador dessa segurança que o país hegemônico esbanjava nesses últimos dez anos desde o fim do conflito com a URSS. A partir da nova ameaça terrorista, a política externa estadunidense passa por uma profunda mudança, incorporando uma postura agressiva e defensiva. Pode-se dizer que, a Guerra Contra o Terror ou Contra o Terrorismo, age em alguns pontos da mesma forma que os Estados Unidos usaram da “luta/guerra contra o comunismo” durante a Guerra fria para realizar suas intervenções e priorizar seus interesses de Estado, ao longo do século XXI a luta contra o terrorismo acabou se tornando conveniente em alguns Estados detentores de grandes reservas de petróleo.

2.5 A POLÍTICA EXTERNA DOS EUA de 2009 a 2021

Barack Obama, do partido democrata, assumiu a presidência dos Estados Unidos em 2009, neste período a superpotência participava da Guerra do Afeganistão⁴⁵ e da invasão do Iraque⁴⁶, o novo presidente tinha o dever de rever o papel dos EUA em ambos os conflitos em consequência da reprovação da opinião pública e da grave crise financeira de 2008 que ainda refletia no país (NETO, 2018, p. 72).

Em sua campanha, Barack Obama evidenciou que o combate ao terrorismo deveria ser focado nas áreas do Afeganistão e Paquistão, para ele o Iraque era apenas um erro estratégico do ex-presidente Bush (FITZGERALD & RYAN, 2014 *apud* NETO, 2018, p. 76). Para os Estados Unidos, o combate ao terrorismo não se limitava aos territórios nacionais, na Guerra ao Terror as fronteiras não importam, logo, para combatê-lo a mesma lógica deveria ser utilizada (NETO, 2018, p. 76).

Foi decidido nos primórdios do governo Obama a invasão no território paquistanês, sem o consentimento do governo local, em decorrência da caça aos terroristas. O maior marco da invasão ao Paquistão foi a morte de Osama Bin Laden em 2011 (BOYLE, 2013).

A postura da política externa de Obama em relação à invasão do Iraque foi adotar ações mais realistas. A retirada de Saddam Hussein do poder não serviu de garantia para mudar a condição de vida do povo iraquiano ou de estabilizar a região, com políticas atuais ditatoriais no qual a liberdade da população e da imprensa eram fortemente cerceadas. Com o apoio da opinião pública e do congresso norte-americano, no início de 2009 as tropas dos EUA começaram a ser retiradas do Iraque, este processo se encerrou no final de 2011. Em agosto, Obama declarou o fim da operação que buscava “libertar” o Iraque (FITZGERALD & RYAN, 2014).

Durante a Invasão do Iraque, cerca de 4.000 soldados estadunidenses morreram e mais de 32.000 saíram feridos, já os números dos iraquianos são extremamente maiores, sendo 100.000 iraquianos mortos e mais de 2 milhões de civis tiveram suas casas destruídas, o custo da invasão gerou um gasto de mais de 1 trilhão de dólares para os EUA. Com a retirada das tropas estadunidenses, o governo estabelecido era corrupto, fraco e vulnerável, favorecendo a ascensão do grupo terrorista extremista do Estado Islâmico (NETO, 2018, p. 75). Segundo Pecequillo e Forner (2017), a ascensão do Estado Islâmico no Iraque fez com que o país

⁴⁵ A Guerra do Afeganistão durou de 2001 a 2014. Partindo dos Estados Unidos, a Guerra ocorreu devido ao ataque terrorista do 11 de setembro.

⁴⁶ Também relacionado ao ataque terrorista do 11 de setembro, a invasão do Iraque por parte dos EUA partiu como consequência e punição vindas da Guerra contra o Terror.

voltasse a ter importância para a política externa de Obama, assim, em 2014 os EUA, com o apoio da França, Alemanha e Reino Unido, retomaram os bombardeios na área sem consultar ou conseguir a autorização da ONU, além disso, Obama declarou guerra ao Estado Islâmico e recebeu como resposta o bloqueio do Congresso para utilização da força militar. Obama também procurou evacuar suas tropas do Iraque para poder focar os custos na Guerra do Afeganistão, onde se concentrava a Guerra Contra o Terror.

Acreditava-se naquele momento, que a crise financeira de 2008 se agravou em decorrência das ações da política externa intervencionista de Bush. Esperava-se de Obama uma quebra de ciclo, para diminuir os custos ao tesouro nacional. Por esta razão, o novo presidente adotou o uso de drones ao invés de tropas armadas, ignorando o fato de que muitos civis inocentes morreram, o uso de drones demonstrou que o extermínio ao terrorismo seria feito de uma forma um pouco mais indireta, porém, ainda extremamente sangrenta (NETO, 2018, p. 91).

A política externa de Barack Obama continuou a focar na Guerra Contra o Terror. As ações dos EUA não haviam passado por muitas mudanças desde o ataque terrorista do 11 de setembro, com uma política externa mais agressiva as caças aos terroristas⁴⁷.

Obama permaneceu como presidente dos Estados Unidos durante dois mandatos consecutivos, assim, em janeiro de 2017 o republicano Donald Trump se tornou o 45º presidente dos EUA através de uma eleição marcada pelo uso de fake news e discursos sensacionalistas.

Durante os quatro anos do governo de Donald Trump, apenas uma NSS foi publicada. Esta NSS divulgava alguns pontos a respeito da política externa dos EUA no novo governo que se iniciaria. Primeiramente, proteger o povo estadunidense e o seu estilo de vida, utilizando a seu favor o controle fronteiriço e realizar uma reforma imigratória, investir em infraestrutura contra crimes cibernéticos, desenvolver um sistema de defesa antimísseis e combater o terrorismo. Segundamente, promover a prosperidade estadunidense, focando em preservar as relações econômicas justas e recíprocas para assim enfrentar os desequilíbrios comerciais e defender a pesquisa intelectual nacional perante concorrentes que obtêm propriedade intelectual injustamente. Em terceiro lugar, preservar a paz por meio da força. E por último, promover a influência dos Estados Unidos por meio da defesa de valores como a liberdade, a democracia e o estado de direito (THE WHITE HOUSE, 2017).

⁴⁷ Mesmo com uma postura mais diplomática e multilateral, Obama não abriu mão do pragmatismo e da ação unilateral, sua política externa passiva-agressiva trouxe apontamentos de pesquisadores a associá-lo com ex-presidentes republicanos como Nixon e Bush (NETO, 2018, p. 91).

Constava também, no *National Security Strategy*, o posicionamento dos Estados Unidos em relação à alguns países:

China e Rússia desafiam o poder, a influência e os interesses norte-americanos, tentando erodir a segurança e a prosperidade dos Estados Unidos. Eles estão determinados a tornar as economias menos livres e menos justas, aumentar suas forças armadas e controlar informações e dados para reprimir suas sociedades e expandir sua influência. Ao mesmo tempo, as ditaduras da República Popular Democrática da Coreia e da República Islâmica do Irã estão determinadas a desestabilizar regiões, ameaçar norte-americanos e nossos aliados e brutalizar seu próprio povo. Grupos de ameaças transnacionais, de terroristas jihadistas a organizações criminosas transnacionais, estão ativamente tentando prejudicar os norte-americanos. Embora esses desafios difiram em natureza e magnitude, são fundamentalmente disputas entre aqueles que valorizam a dignidade humana e a liberdade e aqueles que oprimem os indivíduos e impõem a uniformidade (THE WHITE HOUSE, 2017c, pp. 2-3, tradução de Fernanda Magnotta revista Centro Brasileiro de Relações Internacionais).

Trump passou a rever a relação e posição dos Estados Unidos dentro de acordos, tratados e Organizações Internacionais. Em 1 de junho de 2017, Trump anunciou que os EUA estavam se retirando do Acordo Climático de Paris, o qual havia sido firmado por Barack Obama no governo anterior, para Trump o acordo prejudicava os estadunidenses com sua limitação de emissão de carbono; no mesmo ano, os EUA se retiraram da Parceria Trans-Pacífico⁴⁸. A respeito do NAFTA, os Estados Unidos, junto do Canadá e do México, estabeleceram diversas mudanças, dentro dessas mudanças ocorreu novas estipulações trabalhistas, proteção mais fortes para a propriedade intelectual dos EUA e regras para a indústria automotiva para beneficiar os norte-americanos. Em 2018 a embaixadora Nikki Haley anunciou que os Estados Unidos estavam se retirando do Conselho de Direitos Humanos, com a justificativa de haver um preconceito contra Israel (forte aliado de Trump) e pelas violações dos direitos humanos em países membros como a China e a Venezuela, em julho de 2020 o presidente Trump notificou as Nações Unidas que os Estados Unidos iriam romper laços com a Organização Mundial da Saúde, pois o presidente estava insatisfeito com as diretrizes tomadas a respeito da pandemia do COVID-19 e dos planos para a produção e distribuição de vacinas. O Secretário de Defesa, Mark T. Esper, notificou a Alemanha sobre a retirada de 12 mil soldados norte-americanos do país, também emitiu notificações sobre a realocação do quartel general para a Bélgica, Trump disse após o ocorrido que se tratava de uma resposta à Alemanha por não seguir os compromissos financeiros estabelecidos dentro da OTAN (MAGNOTTA, 2021, p.14).

⁴⁸ Acordo comercial entre doze países com foco na Ásia, que havia sido negociado pela administração de Barack Obama.

Donald Trump se mostrou sempre irreduzível às políticas de imigração, suas falas sensacionalistas ganharam destaque nas mídias sociais. Sendo assim, seus atos políticos a respeito das políticas de imigração seguiram as falas do presidente. No mês que tomou posse do cargo presidencial, Trump assinou uma ordem executiva que proibia cidadãos de seis países (posteriormente mais dois países foram incluídos) muçulmanos de viajarem para os Estados Unidos por 3 meses, barrou a entrada de refugiados da Síria e assinou ordens executivas que direcionaram verba para construir um muro na fronteira com o México a qual foi inicialmente negada pelo Congresso, porém o presidente estadunidense usou de seu poder para declarar emergência nacional permitindo que a verba de outros setores fossem redirecionadas. Donald Trump buscou colocar fim no programa *Deferred Action for Childhood Arrivals*, deixando 800 mil beneficiários em situação de vulnerabilidade à deportação. Em 2018 o presidente elaborou uma política de “tolerância zero“, resultando na patrulha da fronteira dos Estados Unidos, quase 3 mil crianças foram separadas de seus pais, a política foi revertida meses depois devido a reprovação da opinião pública. Durante a pandemia do COVID-19, Trump reduziu o número da admissão de refugiados, suspendendo temporariamente o reassentamento de refugiados, fechando o sistema de asilo e bloqueando vistos e *green cards*, com a desculpa de priorizar a segurança do povo norte-americano (MAGNOTTA, 2021, p.15).

Uma das prioridades do governo Trump foi a Guerra Contra o Terror, o presidente anunciou que enviaria mais tropas para o Afeganistão para lutar contra o terrorismo “os Estados Unidos e seus aliados estão trabalhando juntos em todo o Oriente Médio para esmagar os terroristas perdedores e impedir o ressurgimento de refúgios seguros que eles usam para lançar ataques contra todo o nosso povo” (TRUMP, 2017). Em 2018, Trump anunciou que os Estados Unidos estavam em uma guerra comercial com a China, sua primeira ação foi a de impor uma tarifa de 25% sobre as importações chinesas, a China em respostas também impôs suas tarifas sobre os produtos de origem estadunidense, em seguida atitudes como essa foram se tornando frequentes, em 2020 os dois países assinaram um acordo comercial (SOUTH CHINA MORNING POST, 2020).

Para Oliva e Shanahan (2019, p. 04), por exemplo, a administração Trump foi marcada por “falta de preparo, fracasso na formação de uma equipe para governar de forma eficiente, dependência de familiares e comportamento errático”. De acordo com essa perspectiva, a política externa de Trump careceu de uma estratégia coerente, já que muitas das decisões tomadas prejudicaram a economia, o prestígio e a credibilidade dos Estados Unidos no exterior (MAGNOTTA, 2021, p.28).

As políticas externas dos quatro primeiros presidentes pós-Guerra Fria (George HW Bush, Bill Clinton, George W. Bush e Barack Obama) mesclaram as principais escolas de pensamento que guiaram a abordagem dos Estados Unidos ao mundo

desde a Segunda Guerra Mundial. Isso incluía realismo; idealismo; e humanitarismo. Os quatro presidentes diferiram em sua ênfase, mas também tinham muito em comum. Trump rompeu com todos eles (HAASS, 2020 apud MAGNOTTA, 2021, p.28).

Visualizando o panorama da política externa do governo Trump, pode-se notar que as relações diplomáticas possuem características de um certo grau de ceticismo. A saída dos Estados Unidos de diversos acordos e tratados sinaliza o ceticismo de Trump e sua política externa fraca, o *slogan* nacionalista e a o uso de fake news fizeram com que a população apoiasse as ações tomadas por ele. Como uma figura da direita e representando o partido republicano, as ações contra imigrantes e refugiados fazem jus à sua imagem e aos seus discursos eleitorais. A respeito da sua posição sobre a pandemia do COVID-19, que abalou todas as nações, Trump intensificou a disseminação de fake news e descredibilizou recomendações vindas da OMS e de especialistas no assunto, influenciando outros governantes de direita que credibilizavam seus apontamentos.

3: O ALINHAMENTO DO GOVERNO COSTA E SILVA COM OS ESTADOS UNIDOS E DO GOVERNO BOLSONARO COM DONALD TRUMP

É abordado neste capítulo a política externa brasileira e os governos de Costa e Silva e Jair Bolsonaro. A política externa brasileira é retratada nos períodos de 1956 a 1969 e de 2018 a 2021, constando as características e tomadas de decisões diplomáticas. Sobre o governo de Costa e Silva, neste capítulo é apontado a política externa na área econômica que manteve alinhamento com os Estados Unidos. A finalização do capítulo é direcionado para a ligação entre Jair Bolsonaro e Donald Trump, evidenciando as consequências de uma figura da extrema direita ter se alinhado à um semelhante.

3.1 A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NOS PERÍODOS DE 1956-1969 E 2018-2021

A partir da década de 1930, o tema da política externa brasileira focava no desenvolvimento econômico, a instrumentalização das relações internacionais foram colocadas a serviço de atingir este desenvolvimento econômico para implementar o processo de crescimento industrial retomado ao mercado interno.

O governo de Juscelino Kubitschek (JK) ocorreu no período entre 1956 e 1961, durante o contexto da Guerra Fria entre Estados Unidos e URSS. Sua política externa se divide em duas partes. O plano de desenvolvimento interno de JK era sua principal meta em âmbito doméstico durante seu governo, o ex-presidente planejava desenvolver o Brasil, representado pelo slogan “50 anos em 5⁴⁹”. Para obter o desenvolvimento industrial almejado, logo após tomar posse como presidente do Brasil, JK remou em direção dos EUA e Europa, com a ideia de também atrair a atenção do mundo para o Brasil (VIZENTINI, 2006, p. 325 *apud* Lafer, 1978, p. 68 e WRZOS, 1960, p. 11-12).

Até 1958, a política externa de JK se alinhou integralmente ao bloco ocidental⁵⁰. Nos anos 1950 o Brasil passou a cooperar com Portugal⁵¹, nesta década cerca de 150 mil imigrantes portugueses vieram para o Brasil e em troca a colônia portuguesa apoiou eleitoralmente o governo JK (VIZENTINI, 2006, p. 327). No entanto, o que realmente valia para ambos países era:

[...] de um lado, garantir a adesão de um país ex-colonizado por Portugal, situado no cenário Atlântico e despontando como uma liderança em seu continente, à defesa de

⁴⁹ Palavras utilizadas pelo próprio JK.

⁵⁰ O cenário internacional deste período é caracterizado pela Guerra Fria entre Estados Unidos e URSS. Os EUA representavam o lado ocidental e os ideais capitalistas, já a URSS representava o bloco socialista.

⁵¹

suas posições na África; de outro, proteger os interesses econômicos do café brasileiro no mercado mundial, considerados como essenciais para o salto desenvolvimentista programado” (VIZENTINI, 2006, p. 327 *apud* GONÇALVES, 1989, p. 186).

Embora o Brasil tenha cooperado com Portugal, a diplomacia brasileira buscou aumentar o grau de cooperação com países da AL. Entre 1956 e 1957 foi visível o empenho da política externa brasileira para com países da América Latina. Em 1956, o presidente boliviano Hernán Siles Zuazo visitou o Brasil para debater sobre o estreitamento da relação entre ambos os países na área política-econômica por meio da negociação sobre a participação do Brasil na exploração do petróleo boliviano, conforme nos termos do Tratado de 1938⁵², assim como entrava em fase final a construção da ferrovia Corumbá - Santa Cruz de la Sierra. Também em 1956, Kubitschek se encontrou com o presidente do Paraguai Alfredo Stroessner em Foz do Iguaçu, no qual assinaram acordo econômicos e culturais, algumas semanas depois, o Chanceler brasileiro visitou Assunção para tratar da realização do acordo que havia anteriormente sido assinado, no acordo constava: a criação de portos francos em Paranaguá e Concepción, a construção da ponte internacional sobre o rio Paraná, o aproveitamento energético dos rios Acarai e Mondaí e acordos de comércio e investimento. Em 1957 também foram assinados acordos econômicos com o Peru (VIZENTINI, 2006, p. 328).

Houve em 1956 a instalação da base militar estadunidense em Fernando de Noronha, nas palavras de JK (1966):

“[...] a URSS já se destacava como potência mundial, possuindo agora surpreendentes realizações no campo dos foguetes. Os EUA se interessaram, então, pela instalação de uma estação militar no nordeste brasileiro [...]. Após várias negociações, foi assinado o ajuste entre o Brasil e Estados Unidos, graças ao qual pudera reaparelhar e modernizar em parte suas forças armadas” (VIZENTINI, 2006, p. 329 *apud* OLIVEIRA, 1976, p. 120).

A partir de 1958 a política externa brasileira passa a adentrar à nova fase. Com a substituição do Chanceler Macedo Soares (PSD-SP) por Francisco Negrão de Lima (PSD-MG), a política externa é retomada a políticas de barganha perante aos EUA e a ampliação das perspectivas diplomáticas. Passaram a receber maior atenção a América Latina, o mundo afro-asiático, os países socialistas e outros centros capitalistas. Nesta nova fase da política externa brasileira do governo de Juscelino Kubitschek o desencadeamento da Operação Pan-Americana é considerado o principal acontecimento (VIZENTINI, 2006, p. 332-333).

Conforme já citado anteriormente neste trabalho⁵³, em 1958 a posição dos Estados Unidos para a América Latina era vista como descaso, o foco da potência estadunidense se encontrava na Europa, onde a influência do socialismo soviético era maior. No mesmo ano, através de uma troca de cartas, JK compartilhou com o presidente estadunidense Dwight Eisenhower sobre a ideia da Operação Pan Americana. Assim, Juscelino Kubitschek, em 20 de junho de 1958, em discurso aos embaixadores das Repúblicas Americanas no Rio de Janeiro, lançou a Operação Pan Americana, algumas semanas depois, em um novo discurso, JK divulgou os pressupostos e objetivos iniciais da OPA (SILVA, 1992, p. 17-18).

Os objetivos iniciais da OPA eram: 1) A OPA buscava proporcionar ao Brasil uma postura mais atuante e de maior autonomia na política internacional. A busca de maior autonomia diz respeito principalmente em relação aos Estados Unidos. 2) O objetivo central da OPA era definido em combater o subdesenvolvimento econômico na América Latina, o qual era visto como o principal problema na região. Esta constatação se baseia no fato de que os grandes avanços tecnológicos mundiais não eram repartidos igualmente entre os países, o que acarretava em um desequilíbrio, havia de um lado os Estados economicamente poderosos, que detinham de recursos materiais e técnicos e do outro lado os Estados que não possuíam tais recursos para melhor explorar as suas potencialidades internas e não conseguiam satisfazer as necessidades vitais de seus povos. 3) A Operação Pan Americana foi apresentada como uma iniciativa de caráter e objetivos multilaterais (SILVA, 1992, p. 17-19).

No entanto, os Estados Unidos não aceitaram de imediato a OPA, evitaram assumir um compromisso que implicasse em mudanças na orientação já traçada de tratar os problemas econômicos da AL como uma questão doméstica que poderia ser resolvida por meio de investimento privado. Com a postura estadunidense indo contra as pretensões brasileiras, JK recuou em relação à proposta específica, adotando então a estratégia de enfatizar o tema central da operação: a luta contra o subdesenvolvimento (VIZENTINI, 2006, p. 338).

Na primeira fase da política externa do governo de JK, há um alinhamento aos EUA com certo grau de passividade. O Brasil buscava obter investimentos externos tornando-se atrativo e assinou diversos acordos com países da América Latina. A segunda fase da política externa se concentra em uma política externa mais ativa, dando destaque à operação pan-americana. Ao invés de seguir os padrões definidos pelos EUA para conseguir atenção internacional, o Brasil passou a exercer uma política de barganha que se acentua a cooperar

⁵³ Citado anteriormente no capítulo 2, tópico 2.1.

com o bloco ocidental, também visava cooperar com o Japão, o mundo afro-asiático e até países socialistas (VIZENTINI, 2006, p. 336).

Em 1961, Jânio Quadros venceu as eleições e se tornou o presidente do Brasil, mesmo governando por apenas sete meses, seus atos traçaram novos rumos à política externa brasileira.

Jânio Quadros relegava à política externa um papel indispensável na busca pelo desenvolvimento do Brasil, superar a pobreza e alcançar a justiça social. Jânio acreditava que a diferenciação entre o Norte e Sul do mundo era uma questão mais econômica do que ideológica e por isso defendia que o Brasil deveria estabelecer contatos proveitosos, mesmo com países de ideologias diferentes (MANZUR, 2014, p. 183 *apud* ARINOS FILHO, 2001, p. 156).

A política externa do governo de Jânio Quadros inaugurou uma nova política externa no cenário brasileiro, a Política Externa Independente (PEI). Para Quadros, todos os Estados seriam potenciais parceiros comerciais e diplomáticos do Brasil, indiferentemente de suas ligações com blocos políticos-militares, significando a abertura de relações com países socialistas e com os novos países africanos. A PEI foi conceitual e visava favorecer a independência política do Brasil e o desenvolvimento nacional. Esta política externa é absoluta e ideológica, o independentismo, o universalismo e o desenvolvimentismo eram ideias-força necessárias para o conceito da PEI (MANZUR, 2009, *apud* MANZUR, 2014, p.183).

Outra característica da PEI se encontra no princípio da boa convivência internacional, a PEI buscava a preservação da paz, o fortalecimento dos ideais de não intervenção dos povos, o fortalecimento do mercado externo e o apoio à emancipação dos territórios não autônomos. Através da PEI, Jânio esperava projetar a liderança política do Brasil na região sul para, futuramente, solicitar um tratamento privilegiado dos EUA (MANZUR, 2014, p. 184).

No âmbito das relações multilaterais, a política externa de Jânio Quadros enaltecia a importância dos organismos internacionais formados por países não participantes de nenhum dos grandes blocos. Em relação à América Latina, Jânio Quadros investiu em uma aproximação cada vez maior com a região, em especial com a Argentina. Um dos pontos relevantes da política externa do governo de Jânio, foi em ser firme ao seguir o propósito de não intervenção estrangeira direta ou indireta em território cubano, a diplomacia brasileira defendeu a integridade política de Cuba e sua luta em favor da emancipação econômica (MANZUR, 2009, p. 80 *apud* MANZUR, 2014, p. 185).

Pode-se resumir a política externa de Jânio Quadros em alguns pontos: respeito dos compromissos e da posição do Brasil no mundo livre; a ampliação dos contatos com todos os países, inclusive os socialistas; a intensificação das relações com a Europa em todos os níveis; o apoio incondicional ao anticolonialismo e ao direito de autodeterminação dos povos; o reconhecimento e atribuição da importância correspondente aos interesses e aspirações comuns do Brasil e das nações da Ásia e da África; o estabelecimento de relações diplomáticas com os Estados africanos; a fidelidade ao sistema americano; a continuidade e intensificação da Operação Pan-Americana; o apoio constante ao programa ALALC (Associação Latino Americana de Livre Comércio); relações estreitas com os Estados Unidos em defesa do progresso democrático e social das Américas e o apoio decisivo à ONU (ARAUJO, 2006, p.372-373).

Após Jânio Quadros renunciar do cargo de presidente do Brasil, foi João Goulart, seu vice-presidente, que assumiu o cargo presidencial no final de 1961, governando até 1964, quando ocorreu o golpe militar.

A política externa durante o governo de João Goulart seguiu as diretrizes da política externa independente implementada por Jânio Quadros. Uma mudança que ocorreu em relação à PEI no governo de Jango foi o fato desta política externa adquirir um sentido mais realista e profissional sob o comando de San Tiago Dantas⁵⁴ e de Araújo Castro⁵⁵ (ALBUQUERQUE, 1996, p.302 *apud* VIANA, 2009, p. 8).

Por meio da Política Externa Independente, Jango pretendia desenvolver o Brasil no setor econômico e social dentro das diretrizes do capitalismo internacional. Utilizando as normas da PEI havia a possibilidade de o Brasil estabelecer essa independência econômica e social, graças às relações diplomáticas e comerciais com novos mercados consumidores (VIANA, 2014, p. 10). Alguns tópicos fomentam a PEI, como o pacifismo, legalismo, não-intervenção, autodeterminação, anticolonialismo e direito à política própria (DOMINGOS, 2011, p. 194).

O entendimento de política externa para San Tiago Dantas era:

San Tiago Dantas entendia que a política exterior do Estado integrava sua política geral em busca do desenvolvimento econômico e da reforma social. Dessa forma, a ampliação do mercado externo para os produtos brasileiros deveria constituir uma das principais preocupações da PEI, vista como necessária para aumentar a capacidade de importação do País e atender o imperativo de aumentar nosso produto nacional bruto. Considerava também que o pan-americanismo era “um instrumento de luta pela emancipação econômica e social das nações deste hemisfério”. Aos países americanos propunha um relacionamento igualitário, sem a instituição de

⁵⁴ San Tiago Dantas atuou como Chanceler e ministro da Fazenda durante o governo de João Goulart.

⁵⁵ João Augusto de Araújo Castro foi um diplomata brasileiro e atuou como ministro das Relações Exteriores no governo de João Goulart.

blocos ou preferências. Com relação à Argentina, especificamente, San Tiago Dantas sugeria um relacionamento de cooperação mais próxima (CERVO; BUENO, 2008, p. 329 *apud* VIANA, 2009, p. 8).

Em seu discurso de posse, Araújo Castro falou sobre os princípios que a PEI seguiria durante o governo de Jango:

O chanceler Araújo Castro, em seu discurso de posse, expôs com clareza os princípios fundamentais desta política externa independente: 1) direito de cada povo à independência e ao desenvolvimento; 2) direito de cada povo a manter relações com os demais povos da terra, sem discriminação de qualquer natureza; 3) autodeterminação dos Estados e não intervenção; 4) reconhecimento das comunidades e organizações jurídicas internacionais, como imposição da interdependência técnica, econômica, cultural; e 5) defesa intransigente da paz, desarmamento e proibições das armas atômicas (ALTEMANI, 2005, p. 94 *apud* VIANA, 2009, p. 8).

Em janeiro de 1962 ocorreu a VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, nesta reunião foi proposta a expulsão de Cuba⁵⁶ da Organização dos Estados Americanos, o Brasil não votou pela expulsão cubana da Organização, indo contra o que os EUA esperavam. Além disso, alguns meses após a crise dos mísseis em Cuba, o presidente do Brasil enviou uma mensagem ao presidente estadunidense Kennedy, na mensagem Jango assegurava sua posição pacifista e favorável ao desarmamento mundial (VIANA, 2009, p. 10)

Após os ocorridos citados no parágrafo anterior, Jango recebeu uma mensagem de agradecimento que Krushev sobre os esforços brasileiros a favor de uma solução pacífica no desenrolar da crise dos mísseis. O voto brasileiro contra a expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos, a mensagem vinda de Krushev, primeiro ministro da União Soviética, e o fato do Brasil ter reatado relações diplomáticas com a União Soviética trouxeram olhares de preocupação por parte dos Estados Unidos para a PEI de João Goulart (VIANA, 2009, p. 11).

Em agosto de 1963, o Brasil assinou o Pacto de Paz Atômica, juntamente com outros países como o México, Chile, Bolívia e Honduras, este pacto havia sido proposto pelos EUA e URSS. A política externa no governo de Jango recebeu maior amplitude a respeito da defesa da paz mundial juntamente com sua posição de anti-racismo e anticolonialismo (VIANA, 2009, p. 12).

Em suma, a Política Externa Independente serviu como um instrumento político e de desenvolvimento econômico-social para o Brasil durante os governos de Jânio Quadros e João Goulart, ambos não procuraram romper com a formação social capitalista. Através da política externa pretendiam melhorar a posição do Brasil dentro do capitalismo internacional, utilizando a independência externa para comercializar com as áreas de influência dos dois

⁵⁶ A reunião ocorreu três anos após a revolução cubana (1959), citada anteriormente no capítulo 2.

blocos mundiais que dominavam o sistema internacional durante a Guerra Fria, Estados Unidos e URSS (VIANA, 2009, p. 12).

Com o golpe militar que ocorreu no Brasil em 1964, o militar Castelo Branco se tornou o primeiro presidente durante o período da ditadura, governando de 1964 a 1967. Sua primeira tomada de decisão sobre a política externa brasileira foi destruir os princípios e realizações da PEI e o ideário da Operação Pan-Americana, Castelo Branco realinhando a política externa brasileira com os Estados Unidos (GEHRE, 2012, p. 120). Conforme consta no Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (1964), Castelo Branco declarou que o governo procuraria robustecer os entendimentos bilaterais entre o Brasil e os Estados Unidos da América (p.333).

O alinhamento com os Estados Unidos derivava da concepção de interdependência que ocorria na política econômica liberal proposta pelo ministro do planejamento, Roberto Campos, e pelo ministro da economia, Octávio Gouvêa Bulhões. A interdependência se baseava em dois aspectos centrais da política externa do governo de Castelo Branco, sendo a aceitação dos limites reais ao exercício da soberania nacional e a ideia de que o alinhamento automático com os EUA era a única saída para garantir a independência nacional frente à ameaça comunista. Esta posição de alinhamento com os Estados Unidos, tornou o Brasil no governo de Castelo Branco um dos principais embaixadores do anticomunismo na AL (BOTEGA, 2021, p. 5 - 6).

Em 13 de maio de 1964 foi comunicado pelo governo brasileiro o rompimento das relações com Cuba, o comunicado enviado pelo Itamaraty alegava que a decisão tomada pelo governo estava de acordo com o seu propósito de não aceitar ação comunista no território nacional, a partir do momento que Cuba havia se identificado oficialmente de tipo marxista-leninista, o governo cubano excluiu-se da participação no Sistema Interamericano (INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 1964, p. 338 *apud* BOTEGA, 2021, p. 3).

Segundo o chanceler Vasco Leitão da Cunha, em entrevista concedida em julho de 1964, a política externa brasileira seria um instrumento colocado a serviço do progresso social e do desenvolvimento econômico do Brasil, esta missão que “será alcançada tanto mais facilmente quanto mais aproximar o país das grandes fontes de suprimento de capitais, de comércio e assistência técnica [...] o momento exige mais negócio, mais comércio, mais progresso, mais pragmatismo e menos teorização”, colocariam o Brasil numa bolha de relações prioritárias com o Ocidente (INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 1964, p 591 - 594 *apud* BOTEGA, 2021, p. 6).

A política externa de Castelo Branco a respeito da aproximação com o ocidente significava:

(...) defender a política tradicional de boa vizinhança na América, a segurança do Continente contra a agressão e a subversão vindas de fora ou de dentro dele; a consolidação dos laços de toda ordem com os Estados Unidos, nosso grande vizinho e amigo do norte; ampliação de nossas relações com a Europa Ocidental e com a Comunidade Ocidental de Nações. (INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 1964, p.595 *apud* BOTEGA, 2021, p. 6).

Mesmo adotando um alinhamento da política externa brasileira com os Estados Unidos e se tornando subserviente, os resultados em cenário doméstico desta política externa foram negativos para o Brasil. Entre 1964 e 1966, o crescimento nas exportações brasileiras foram de apenas 300 mil dólares, os investimentos e os empréstimos externos tiveram um decréscimo em comparação com os anos anteriores e o endividamento externo aumentou de 3,9 bilhões para 5,2 bilhões de dólares (CERVO; BUENO, 2002, p. 377 *apud* BOTEGA, 2021, p. 10).

Esses resultados negativos dentro do governo de Castelo Branco sucedeu em sua queda, passando a governar o Brasil o general Artur da Costa e Silva. No segundo governo da ditadura militar, Costa e Silva substituiu a política de alinhamento automático pela busca de novas alianças políticas e comerciais, arquitetando o desenvolvimento do Brasil, assim, se iniciou a Diplomacia da Prosperidade (BOTEGA, 2021, p. 10).

A Diplomacia da Prosperidade no governo de Costa e Silva ficou conhecida como uma política externa de desenvolvimento e segurança. Acreditava-se que, por meio do desenvolvimento interno, o Brasil atingiria um nível de segurança ideal contra o comunismo, a conduta externa seria a de buscar no exterior os recursos para tal desenvolvimento econômico e industrial (MARTINS, 2015, p. 1).

A política externa de Costa e Silva rompeu com a política externa do governo anterior de Castelo Branco. Em seu primeiro discurso sobre a política externa brasileira, Costa e Silva declarou que a sua conduta no sistema internacional seria a de mobilizar a diplomacia em torno de motivações econômicas como uma forma de assegurar a colaboração externa necessária para a aceleração do desenvolvimento do Brasil (MARTINS, 2015, p. 1).

A política multilateral foi uma das características da política externa de Costa e Silva, a participação brasileira aumentou significativamente em comissões de desenvolvimento da ONU na busca de soluções para a questão de subdesenvolvimento que os países de terceiro mundo enfrentavam, estando o Brasil entre eles Um dos pontos da política externa de Costa e Silva que mais se difere do governo de Castelo Branco, são as atitudes externas de buscar o desenvolvimento dos países periféricos, como a busca por novos mercados, a ajuda

econômica, a obtenção de preços justos para os produtos brasileiros e a questão nuclear, a qual era uma novidade na política externa. (MARTINS, 2015, p. 2).

Nas palavras de Costa e Silva (1967):

“(…) Daremos prioridade ao problema do desenvolvimento. A ação diplomática de meu governo visará, em todos os planos bilaterais, à ampliação dos mercados externos, à obtenção de preços justos e estáveis para nossos produtos, à atração de capitais e de ajuda, e - de particular importância - à cooperação necessária à rápida nuclearização pacífica do país.” (CORREIO DO POVO, 15/04/1967, p. 3 *apud* MARTINS, 2015, p. 3).

Martins (2015, p. 1) aponta que a política externa do governo de Costa e Silva possui algumas similaridades com a PEI do governo de Jânio Quadros e João Goulart: almejar o desenvolvimento nacional por meio da política externa multilateral, a abertura de mercados para as exportações brasileiras em outros continentes e a aproximação com países de terceiro mundo.

A primeira vez que o Brasil apresentou um discurso e postura de país de terceiro mundo no sistema internacional foi durante o governo de Costa e Silva, voltando em cena a mundialização da política externa brasileira, sem ter um amigo preferencial. A partir deste ponto, a política externa visa ter uma maior integração com outras regiões do mundo e se tornaria menos dependente dos Estados Unidos, porém, no campo ideológico, a política externa assim como a política doméstica, mantinha seu alinhamento com Washington (MARTINS, 2015, p. 6-7).

Costa e Silva se afastou do alinhamento com o eixo leste-oeste e deu foco à posição do Brasil alinhado ao eixo norte-sul, entrando em pauta a questão do desenvolvimento brasileiro (SOUZA, 2021, p. 154).

A política externa brasileira passou por diferentes fases e seguiu diferentes pontos durante os cinco governos apontados até então neste tópico do trabalho. Os governos que antecederam ao golpe militar possuem características mais similares entre si, visando o desenvolvimento nacional e uma maior industrialização para melhorar o status e prestígio brasileiro no sistema internacional. A OPA, do governo de JK, se tornou um dos principais pilares para a PEI de Quadros e Goulart, prevalecendo as relações multilaterais e impulsionando o relacionamento brasileiro com países da América Latina. A política externa independente de João Goulart e seu nacionalismo contribuíram para desencadear o golpe militar de 1964. Durante o primeiro governo militar, de Castelo Branco, a postura da política externa brasileira passa por drásticas mudanças, seguindo um alinhamento automático com os Estados Unidos e priorizando apenas essa postura, a qual é rompida pelo governo sucessor de Costa e Silva. No governo de Costa e Silva, há uma retomada de postura similar à política

externa dos governos de Quadros e Goulart, seguindo ações mais multilaterais e priorizando o desenvolvimento do Brasil, a qual trouxe certos conflitos com os EUA.

Seguindo a linha da política externa brasileira, será abordado no trabalho uma política externa mais contemporânea, referente ao período de 2018 a 2021, sob o governo de Jair Bolsonaro.

Na campanha eleitoral de 2018, Jair Bolsonaro apontou cinco pontos a respeito de seu governo, sendo eles: a aproximação com os Estados Unidos, Israel e Taiwan, a abertura comercial com redução de tarifas e busca de acordos bilaterais, o aprofundamento da integração na América Latina com países “que não sejam ditaduras⁵⁷”, a mudança da embaixada do Brasil em Israel para Jerusalém, a qual não ocorreu, e a pressão para troca de regime na Venezuela, com imposição de sanções sobre o governo (FOLHA DE SÃO PAULO, 30/09/2018 *apud* VIDIGAL, 2019, p. 4).

O fator do desenvolvimento do Brasil, desde o governo de Getúlio Vargas, deixando de lado alguns governos que ocorreram durante a ditadura militar, consta como uma das principais características da política externa brasileira, na gestão de Bolsonaro o desenvolvimento deixa de ser o elemento principal da política externa, sendo substituído pelo alinhamento com os EUA, em foco, a política de tornar o Brasil seguidor do governo de Donald Trump foi o fio condutor da política externa bolsonarista (LAFER, 2001 *apud* VIDIGAL, 2019, p. 3).

Desde 2017 é discutida a entrada do Brasil na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), apenas no mandato de Bolsonaro, em 2019, que os Estados Unidos passaram a apoiar o pleito brasileiro à vaga da OCDE. A posição estadunidense mudou justamente porque Bolsonaro concordou em renunciar ao tratamento especial diferenciado⁵⁸ (TED) que o Brasil usufrui na Organização Mundial do Comércio. Apesar de Jair Bolsonaro concordar em renunciar ao TED, o processo de análise do ingresso do Brasil à OCDE foi barrado por Washington, apenas a Argentina conseguiu adentrar à Organização, o governo estadunidense justificou que o processo de entrada de novos membros na OCDE deve ser feito de forma gradual (L.W SANTOS, 2019 *apud* CAMPOS; SANTOS, 2022, p. 102).

⁵⁷ Termo usado pelo próprio Jair Bolsonaro.

⁵⁸ O TED permite que os países em desenvolvimento consigam se integrar ao comércio internacional por meio de benefícios e flexibilizações concedidos pelos países desenvolvidos em amplas áreas comerciais (LEOPOLDO, 2019 *apud* SANTOS, 2021, p. 101-102)

Caracteriza-se a política externa bolsonarista como uma política econômica liberal, ocorreu a abertura a investimentos estrangeiros, a priorização de laços bilaterais em detrimento do multilateralismo, o descaso com a integração sul-americana e a condenação do regime venezuelano (VIDIGAL, 2019, p. 3). Esses e outros pontos se diferem da política externa dos governos do século XXI que antecederam o governo de Bolsonaro.

QUADRO 1. POLÍTICA EXTERNA DOS GOVERNOS DO SÉCULO XXI QUE ANTECEDERAM O GOVERNO DE JAIR BOLSONARO:

Tema/Gestão	Lula da Silva	Dilma Rousseff	Michel Temer	Jair Bolsonaro
Comércio (ênfase)	Multilateralismo	Multilateralismo	Bilateralismo	Bilateralismo
ONU. Organizações internacionais	Participação ativa. Promoção de mecanismos regionais	Baixo perfil, atuação discreta, defesa dos direitos humanos	Baixo perfil, atuação discreta, ênfase em temas econômicos	Participação ativa, reivindicação de respeito à soberania e ataque a ONGs
Estados Unidos	Compartilhamento de valores e interesses. Diálogo fluido	Parceria econômica e política relevante. Desconfianças	Parceria tradicional. Busca de solução para barreiras não-tarifárias	Parceria abrangente em todas as áreas. Cooperação econômica e militar
Integração	Integração sul-americana: Mercosul, Unasul	Integração sul-americana: Mercosul, Unasul	Mercosul, Aliança do Pacífico. Afastamento da Unasul	Mercosul, Aliança do Pacífico. Afastamento da Unasul
Venezuela	Membro pleno do Mercosul	Membro pleno do Mercosul	Suspensão do Mercosul	Suspensão do Mercosul, mudança de regime
China	Comércio, investimentos, Brics	Comércio, investimentos, Brics	Comércio, investimentos, Brics	Comércio, investimentos, com ressalvas
União Europeia. Europa	Parceria estratégica. Defesa do acordo Mercosul-UE	Parceria estratégica. Defesa do acordo Mercosul-UE	Busca de acordo regional de comércio Mercosul-UE	Apoio ao acordo Mercosul-UE. Atritos com a França

Fonte: elaborada por Vidigal, 2019, p. 4 com base nas fontes: <https://www2.camara.leg.br>; www.mre.gov.br. Acesso: 02 a 05/09/2019.

As principais diferenças entre a política externa do governo Bolsonaro e dos governos anteriores se encontram na importância atribuída da relação com os Estados Unidos, na proposta de restringir os investimentos da China, no discurso sobre a Venezuela e os ataques às ONGs (Organizações não Governamentais) e OIs. A importância que Bolsonaro atribuiu à relação com Donald Trump, trouxe uma série de tomadas de decisões e posicionamentos do presidente brasileiro a respeito de outras questões, suas falas conturbadas sobre a China ser uma ameaça junto das restrições a ela aplicadas e seu posicionamento frente à Venezuela são

a prova disso. A política externa brasileira se tornou um espelhamento forçado da política externa estadunidense (VIDIGAL, 2019, p. 5).

Quanto ao posicionamento do governo Bolsonaro em relação à China, cabe lembrar que nenhum dos governos ou presidentes anteriores havia colocado em dúvida a importância do país asiático na política externa do país. Ao visitar Taiwan, Bolsonaro colocava em questão o reconhecimento de “uma só China”, como já visto, e trazia para o diálogo com Pequim uma insegurança até então ausente [...] Como candidato à Presidência da República, Jair Bolsonaro se referiu à China como um predador que quer dominar setores estratégicos da economia, afirmou que os chineses não deveriam ter autorização para adquirir terras no Brasil ou controlar indústrias essenciais e declarou, reiteradas vezes, que “os chineses estão comprando o Brasil” (REUTERS, 25/10/2018 *apud* VIDIGAL, 2019, p. 12).

Um dos pensamentos que guiou Jair Bolsonaro e seu ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, foram as ideias de Olavo de Carvalho⁵⁹. O ideólogo discursava sobre questões que são constantemente assunto entre os eleitores de Bolsonaro e do próprio Jair, como o “gayzismo”, “abortismo”, “marxismo cultural”, a fé cristã e os bons costumes tradicionais do ocidente. Olavo era considerado como uma espécie de ponte entre a *right-wing*⁶⁰ estadunidense e o pensamento neoconservador brasileiro, que se refletia na pib durante o período que Ernesto Araújo foi ministro (CARVALHO, 2014; GORTÁZAR, 2019 *apud* CAMPOS; SANTOS, 2022, p. 95).

Para Fabrício Chagas-Bastos, cientista político, o governo de Bolsonaro se trata de uma série de improvisos, junto a propostas consideradas simplistas demais e sem profundidade. Planos mais importantes, como a reforma da presidência, foram deixados de lado enquanto Bolsonaro dava atenção a pequenas alterações, como foi o caso da retirada da menção ao Mercosul nos passaportes brasileiros (CHAGAS-BASTOS, 2019, p. 97 *apud* SANTOS, 2021, p 97).

No decorrer da política externa brasileira, há um ponto de destaque entre os governos citados do século XX e o governo de Jair Bolsonaro, sendo ele o alinhamento com os EUA. O alinhamento de Bolsonaro com Donald Trump trouxe inúmeras consequências para a posição brasileira no cenário internacional, assim como em sua própria área doméstica. Nos próximos tópicos será mostrado mais sobre o alinhamento de Costa e Silva com os Estados Unidos, no campo ideológico e da política externa, e de Bolsonaro com Donald Trump e a semelhança entre essas duas figuras da extrema direita que chegaram ao poder.

⁵⁹ Ideólogo brasileiro, considerado um representante intelectual do conservadorismo e influência da extrema-direita brasileira.

⁶⁰ Grupo de pessoas que possuem ideias conservadoras e capitalistas.

3.2 O ALINHAMENTO DO GOVERNO COSTA E SILVA COM OS ESTADOS UNIDOS

O governo de Costa e Silva, como já citado anteriormente, aplicou em sua política externa a Diplomacia da Prosperidade, a qual visava o desenvolvimento interno do Brasil através de uma política multilateral e da busca por recursos exteriores, rompendo com o alinhamento automático do governo anterior com os Estados Unidos. Porém, nesta parte do trabalho é evidenciado que este rompimento não ocorreu totalmente por parte do governo de Costa e Silva, a relação entre Brasil e Estados Unidos prevaleceu como prioridade.

Segundo Letícia Pinheiro, o governo de Costa e Silva (1967-1969) não colocou em risco o alinhamento político e militar com o Ocidente e EUA, para a mesma, a política externa do regime militar sofreria senão uma suspensão, muito provavelmente uma importante inflexão ao estabelecer o eixo Norte-Sul como um componente de definição de políticas (PINHEIRO, 2004).

Apesar do governo de Costa e Silva possuir a política externa da Diplomacia da Prosperidade, o alinhamento ideológico com a superpotência ainda era mantido. Durante o governo de Costa e Silva o ex-militar deixou claro que o Brasil era um país de cultura ocidental e que escolhia fazer parte do sistema capitalista, assim sendo, o período do governo de Costa e Silva ficou conhecido pela linha-dura no combate ao inimigo interno, as guerrilhas subversivas de cunho socialista. Em 1968 foi decretado o Ato Institucional N. Cinco, em que constava a suspensão dos direitos políticos daqueles que eram considerados rebeldes (JÚNIOR, 2007, p. 159). Neste ponto fica notório que o alinhamento ideológico brasileiro com os Estados Unidos prevaleceu, a Guerra Fria continuava a acontecer entre EUA e URSS, combater o socialismo significava tomar um lado nessa disputa ideológica entre as superpotências.

Para o Brasil se desenvolver da forma que a Diplomacia da Prosperidade esperava, era necessário o subsídio de recursos externos. A diplomacia de Costa e Silva não poderia negar a importância do apoio econômico dos Estados Unidos, segundo o ex-militar “O bom entendimento entre EUA e Brasil muito contribuirá para realização de tais objetivos. Nesta oportunidade, desejo reafirmar os nossos propósitos de cooperar intensamente com a nação norte-americana” (JÚNIOR, 2001, p.155).

Em 1967 ocorreu o encontro entre Costa e Silva e o presidente dos Estados Unidos, Lyndon Johnson. No decorrer da reunião, o presidente estadunidense reafirmou o seu apoio ao

Brasil e Costa e Silva comunicou sobre sua expectativa de continuidade da cooperação dos EUA para o Brasil (JÚNIOR, 2007, p. 155).

A respeito da reunião:

O presidente Johnson disse estar bem ciente da amizade tradicional entre os dois países e estava feliz que o presidente eleito veio para os Estados Unidos antes de assumir suas muitas responsabilidades importantes. Os Estados Unidos têm a intenção de continuar a cooperar com o Brasil em todos os esforços possíveis de forma a alcançar progressos cada vez maiores no país. Costa e Silva disse esperar que os Estados Unidos continuem favoráveis ao Brasil enquanto ele se esforça para restabelecer um regime totalmente democrático e legítimo em seu país⁶¹.

A Diplomacia da Prosperidade possuía características nacionalistas e, nos planos do governo, o Brasil passaria a cooperar com outros Estados, até mesmo com aqueles que não fossem tão alinhados ideologicamente.. Assim, a diplomacia da prosperidade inclinou-se a causar um certo atrito entre a relação do Brasil com os EUA. Costa e Silva e Magalhães Pinto⁶² deveriam manter a relação produtiva com os EUA, já que a política externa agia como meio para ocorrer o desenvolvimento nacional. Apesar da atuação do governo de Costa e Silva ter sido mais nacionalista, universalista e possuir discurso de independência, o ex-militar recorreu a cooperação estadunidense (JÚNIOR, 2007, p. 156 - 157).

O poder econômico entre o Brasil e os Estados Unidos era gigante, os EUA como país imperialista possuía a posição de credor e importador de produtos brasileiros, já o Brasil estava no lugar de receptor de investimentos externos e devedor, importando e exportando dos EUA grande parte do seu setor comercial (JÚNIOR, 2007, p. 158).

Em 1967, o Brasil assinou o Tratado do México, as pretensões por parte dos Estados Unidos era de que o Brasil assinasse o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), porém isto não ocorreu. Alegando que o TNP era injusto para os países considerados pequenas e médias potências, a resposta brasileira foi não, causando alta tensão entre os EUA. Perante a atitude autonomista do Brasil, os Estados Unidos sentiram que seu controle sobre o governo brasileiro estava diminuindo, em resposta, o país imperialista tomou medidas protecionistas em cima da exportação brasileira (GONÇALVES; MIYAMOTO, 1993, p. 223 *apud* SOUZA, 2022, p 155).

Ainda em 1967, o Brasil decidiu que começaria a exportar café solúvel e o mercado brasileiro passaria a concorrer com o mercado estadunidense. Os Estados Unidos passaram a colocar uma grande pressão contra a posição brasileira de exportar café solúvel para o

⁶¹ Memorando do Diálogo, Washington, 26 de janeiro de 1967, horário de 12:31-12:55 p.m. Assunto: Relações Brasil-Estados Unidos. Fonte: National Archives and Records Administration, RG59, Arquivos Centrais 1967-69, POL 7 BRAZ *apud* Júnior, 2007, p. 155.

⁶² Magalhães Pinto assumiu o ministério das relações exteriores durante o governo de Costa e Silva.

mercado mundial e estadunidense, essa pressão por parte dos EUA pretendia levar a taxar o café solúvel brasileiro (MARTINS, 2015, p. 9).

[...] em 1967, o solúvel brasileiro representou 14% da produção norte-americana do produto. Além disso, considerava-se que a mesma era dúbia, haja vista que os incentivos financeiros e fiscais para um incipiente projeto de industrializar os produtos primários dos países em desenvolvimento eram concedidos pela própria agência de desenvolvimento, o USAID. Outra dúvida encontrava-se exatamente na questão sobre a tarifação (MARTINS, 2015, p.9).

Mantendo seu posicionamento contra as exportações de café solúvel brasileiro, os Estados Unidos ameaçou não renovar os acordos que definiam cotas de vendas para todos os países que produziam café, com a acusação de que o Brasil estava a vender café acima da cota pré-estabelecida juntando o café verde ao solúvel, essa atitude por parte dos EUA coloca o Brasil em uma situação desfavorável, ao ameaçar outros países produtores de café, esses países se voltariam contra o Brasil. Diante de tanta pressão, o Brasil aceitou as exigências dos EUA e passou a tarifar em 13 centavos de dólar cada saca de café solúvel exportada para os EUA (MARTINS, 2015, p. 11).

Sendo assim, a mudança na política externa durante o governo de Costa e Silva não correspondia a mudança de posicionamento no cenário econômico. Costa e Silva foi um agente politizador da política externa brasileira durante seu governo, fez uso do universalismo para barganhar nas relações com os Estados Unidos (JÚNIOR, 2007, p. 161). Como consequência, a nação imperialista reagiu, o ex-presidente brasileiro teve de reconhecer a importância e prioridade de manter as boas relações com o país estadunidense nas áreas econômica e comercial, e manteve a todo momento o alinhamento ideológico que se quer chegou perto de ser alterado.

Havia uma interdependência entre os dois países, mas, evidentemente, o Brasil precisava mais dos Estados Unidos do que este daquele, uma vez que o custo de distanciamento entre os dois para o Brasil era maior, pois o que estava em jogo era o desenvolvimento nacional (JÚNIOR, 2007, p. 169). Por meio desta interdependência assimétrica, os Estados Unidos ganhavam espaço e poder para exercer sua força imperialista sobre o Brasil.

3.3 A LIGAÇÃO DE JAIR BOLSONARO E SEU GOVERNO COM DONALD TRUMP

Donald Trump ter se tornado presidente dos Estados Unidos simbolizou uma drástica mudança na política estadunidense e no sistema internacional, como figura da extrema-direita

e patriota, Trump passou a influenciar outras personalidades da extrema-direita. O ex-presidente⁶³ Jair Bolsonaro, passou a ter ligação e tomou atitudes parecidas com as de Donald Trump antes mesmo de se tornar presidente do Brasil.

Segundo Vidigal (2019), Bolsonaro viu em Trump um apoio fundamental para sua candidatura à presidência do Brasil, se afastando das diretrizes dos antigos governos do PT (Partido dos Trabalhadores) Jair explorou a fundo o anti-americanismo presente na cultura do país para empunhar a bandeira de amizade com os Estados Unidos (p. 6).

As semelhanças entre Bolsonaro e Trump começam ao comparar a campanha eleitoral dos dois. Em 2016, as notícias falsas tiveram função significativa na eleição estadunidense. Foi constatado que Donald Trump fez uso de fake news durante a campanha eleitoral e usou do discurso de ser fake news qualquer informação que não fosse de acordo com si próprio ou seu governo (CNN, 2017 *apud* PENA, 2018, p. 141). Entre as fake news haviam notícias positivas sobre o então candidato e difamações sobre Hillary Clinton, adversária de Trump nas eleições de 2016. O ex-presidente estadunidense utilizou em sua campanha as redes sociais, como o *twitter* e *facebook* (PENA, 2018, p. 141).

Bolsonaro, em estratégia semelhante, utilizou das mesmas ferramentas de Trump, através do *twitter* e *facebook* Bolsonaro compartilhou inúmeros posts durante as eleições de 2018, no mesmo ano ocorreram diversos compartilhamentos de fake news a respeito do rival de Bolsonaro, Fernando Haddad (PT). Em 2018, dias antes da votação de segundo turno para definir o presidente do Brasil, a Folha de São Paulo divulgou que cerca de 12 milhões de reais foram gastos para comprar pacotes de divulgação em massa de fake news contra Fernando Haddad e a favor de Bolsonaro. A candidatura de Bolsonaro usou a internet e as redes sociais como plataforma para divulgar a imagem do ex-presidente (PENA, 2018, p. 142).

Durante o governo de Jair Bolsonaro, houve um alinhamento direto da política externa brasileira com os Estados Unidos, para muitos é de difícil compreensão tal atitude do Estado brasileiro em relação ao governo de Trump, o qual dividiu a opinião pública estadunidense e mundial por ser um governo discriminatório, porém o alinhamento aos EUA foi definido como um interesse de governo, voluntarista e unilateral e não um interesse de Estado (VIDIGAL, 2019, p. 8).

A primeira viagem que Bolsonaro fez como presidente do Brasil foi aos Estados Unidos para se encontrar com Trump, alguns pontos foram discutidos durante a visita, como a crise venezuelana, a qual os Estados Unidos eram a favor de intervir no país, o acordo de

⁶³ Mandato presidencial de 2019 a 2022.

salvaguardas tecnológicas (AST), a parceria para construir um satélite binacional através de um acordo entre o Inpe, Ita e a Nasa, a elevação do Brasil como aliado prioritário extra-OTAN, a influência da China na AL e a inclusão do Brasil no programa de isenção de vistos para entrar nos EUA, sendo que o Brasil já havia liberado a necessidade de estadunidenses precisarem de visto para ingressarem no em solo brasileiro. Temas importantes para diferentes setores brasileiros acabaram não sendo abordados durante este encontro, o fechamento do mercado estadunidense à importação de carne bovina *in natura* do Brasil foi deixado de lado, apenas alguns meses depois houve um movimento nas negociações a respeito da pauta. Trump e Bolsonaro fizeram uma declaração conjunta após a viagem do ex-presidente brasileiro, a qual confirmou a falta de resultados provindas das discussões entre os governos, nesta declaração os dois ex-presidentes prometeram construir uma nova parceria entre o Brasil e os Estados Unidos, que focaria em aumentar a prosperidade, a segurança e promover a democracia, a liberdade e a soberania nacional (VIDIGAL, 2019, p. 9).

Em 2016, o ministro das relações exteriores de Bolsonaro, Ernesto Araújo, escreveu um artigo sobre o papel de Donald Trump como o salvador e defensor do Ocidente. Segundo Araújo, o Ocidente⁶⁴ estaria em decadência e Donald Trump seria o defensor em frente ao terrorismo islâmico radical e à burocracia, tidas como as causadoras do abandono da identidade própria e ameaçadoras da civilização ocidental, o ex-ministro adiciona que, seria obrigação dos países ocidentais impor um política externa que recuperaria seus destinos. Ernesto Araújo também escreveu sobre a necessidade de haver uma metapolítica externa brasileira, por meio da qual o Brasil faria parte da luta contra o globalismo⁶⁵ a favor dos valores tradicionais ocidentais. Com Ernesto Araújo como ministro das relações exteriores durante o governo de Jair Bolsonaro, surgiu assim a face ideológica da política externa durante o governo do mesmo (SARAIVA e SILVA, 2019, p. 119).

Em 2019, já ocupando o cargo de ministro das relações exteriores, Araújo apresentou Bolsonaro como incumbido da missão de reconstruir a sociedade brasileira em favor de uma transcendência que valorizaria a Nação e a dimensão espiritual, tais ações só poderiam ser concluídas com a aproximação com os EUA. Para Araújo, as ideias determinariam a estrutura do poder global e que a economia ou o poder militar ficariam de lado, defendendo uma economia liberal com base em valores conservadores sendo a maior aposta para a prosperidade brasileira (SARAIVA e SILVA, 2019, p. 119).

⁶⁴ Araújo descreve o Ocidente como um ente orgânico, que representa um conjunto de ideias comuns ameaçadas de desaparecimento (Saraiva e Silva, 2019, p. 119).

⁶⁵ Araújo definiu globalismo como o conjunto de padrões liberais antinacionais e antitradicionais na vida social e do mercado globalizado (Araújo Ernesto– Trump e o Ocidente, p. 353 apud Saraiva e Silva, 2019, p. 119).

Na assembleia geral da ONU, em 2019, Jair Bolsonaro e Donald Trump marcaram presença. Bolsonaro ao cumprimentar Donald Trump disse “I love you⁶⁶” e recebeu como resposta do ex-presidente estadunidense um “nice to see you again⁶⁷” (ISTOÉ, 2019).

No começo do ano de 2020 foi decretado pela OMS (Organização Mundial da Saúde) a pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), as atitudes do ex-presidente estadunidense Donald Trump e do ex-presidente Bolsonaro em frente a pandemia tiveram grandes semelhanças. Após a declaração da OMS sobre a pandemia, Jair Bolsonaro teve o posicionamento de falar que: “O coronavírus não é tudo isso, muito do que se fala sobre crise é fantasia, e é melhor o preço do petróleo cair do que subir”(BERRINGER; TEIXEIRA; SOPRIJO; AMPARO, 2020, p. 73).

A *Agence France Presse*⁶⁸ evidenciou que Trump possuía responsabilidade sobre notícias falsas que estavam circulando a respeito da Covid-19, o ex-presidente divulgou a informação de que uma injeção de desinfetante poderia matar o vírus. No mesmo período no Brasil circularam 329 notícias falsas sobre o vírus, as informações falsas foram sobre: prevenção, cura, tratamentos, medicamentos e teorias da conspiração. O ex-presidente, Jair Bolsonaro, chegou a receitar medicamentos sem eficácia comprovada contra o vírus, dentro das indicações medicinais de Jair havia a cloroquina, hidroxicloroquina, azitromicina e ivermectina, o qual minimizou a importância do isolamento social e causou uma disputa pelos medicamentos nas farmácias (CARVALHO; SOUZA; SCHNEIDER, 2021, p. 20).

Durante a pandemia da Covid-19, Estados Unidos e Brasil assumiram a liderança mundial – o Brasil, logo depois dos Estados Unidos – no número de mortos por Covid-19. Se o uso de estratégias de desinformação, como mostram os manuais militares, pode fazer vencer uma guerra, esse não foi o caso com os governos de Trump e Bolsonaro (CARVALHO; SOUZA; SCHNEIDER, 2021, p. 29).

Durante a presidência de Trump, os Estados Unidos começaram a atacar a China acusando que o vírus havia sido criado em laboratório. Ernesto Araújo, se espelhou repetindo tais falas a respeito do governo da China. Bolsonaro e Trump passaram a acusar a mídia e seus opositores de tentarem criar um pânico social (BERRINGER; TEIXEIRA; SOPRIJO; AMPARO, 2020, p. 73). No começo de seu governo, antes da pandemia, Bolsonaro já havia proferido falas polêmicas sobre a China, essas falas voltam a ocorrer, porém sobre o enredo da Covid-19, em ambos os momentos é o alinhamento do ex-presidente brasileiro com

⁶⁶ “Eu te amo” Tradução para português.

⁶⁷ “Bom te ver de novo” tradução para português.

⁶⁸ Agência de notícias francesa.

Donald Trump que leva a tais acontecimentos e trazem consequências desfavoráveis para a imagem e reputação do Brasil.

Mesmo com a posição do Brasil se espelhando em Trump e nos Estados Unidos, a ação do ex-presidente estadunidense foi a de suspender a entrada de qualquer estrangeiro, sendo ele imigrante ou não, que passou por solo brasileiro durante 14 dias, Trump também afirmou que o Brasil era uma ameaça à segurança dos Estados Unidos mas ressaltou que as relações comerciais mantinham-se como prioridade (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2020 *apud* BERRINGER; TEIXEIRA; SOPRIJO; AMPARO, 2020, p. 73).

O alinhamento de Jair Bolsonaro com Donald Trump não é considerado como recíproco da parte do ex-presidente estadunidense e dois momentos deixam isso claro: 1) quando Bolsonaro dispensou a necessidade de visto para turistas estadunidenses no Brasil, e em contrapartida Trump não suspendeu a necessidade de visto para turistas brasileiros; 2) quando, na pandemia, Trump suspendeu a entrada de brasileiros ou estrangeiros que haviam feito estadia no Brasil afirmando que o país era uma ameaça sanitária para os Estados Unidos.

Fica claro que mesmo com ambos ex-presidentes sendo figuras da extrema-direita contemporânea e tendo semelhanças entre si, mesmo que tais semelhanças tenham ocorrido devido às ações de Bolsonaro, a relação entre Trump e Bolsonaro não segue um alinhamento simétrico. Trump tratou de usar o Brasil a favor dos interesses dos Estados Unidos, utilizando do favoritismo que Bolsonaro tinha por ele e o seguindo no campo ideológico e espelhando seu governo no de Trump, para assim os EUA assegurar sua influência na América Latina e ter o apoio do Brasil nas tomadas de decisão estadunidense em frente ao sistema internacional. Em frente a essa relação assimétrica e ao fato de Bolsonaro idolatrar o ex-presidente dos Estados Unidos, o imperialismo estadunidense passa a ocorrer de forma mais intensa sobre o Brasil, aplicando o controle imperialista na área econômica, política e ideológica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início do trabalho é abordado sobre a questão do imperialismo. Para Lenin, o imperialismo é uma expressão econômica do capitalismo, se encontra na junção do capital industrial e bancário formando a oligarquia financeira/capital financeiro, o capital financeiro passa a comandar a formação e a atividade dos monopólios empresariais, nas palavras de Lenin: “Se tivéssemos de definir o imperialismo da forma mais breve possível, diríamos que ele é a fase monopolista do capitalismo”⁶⁹. O imperialismo contemporâneo surge após a Segunda Guerra Mundial, liderado pelos Estados Unidos que mantêm seu poder por meio da exploração de Estados periféricos e por meio da demarcação da sua zona de influência seguindo os paradigmas imperiais. A hegemonia dos Estados Unidos passa a ocorrer após a Segunda Guerra Mundial, no mesmo período em que o imperialismo contemporâneo surgiu. O imperialismo estadunidense se concentra em quatro estratégias para manter sua hegemonia, sendo elas: militar, econômica, política e ideologias.

Ao longo do trabalho é possível notar como os Estados Unidos usam sua força através da política externa e da sua oligarquia financeira para que seus interesses prevaleçam no sistema internacional. A partir da Guerra Fria a postura estadunidense com os países de terceiro mundo foi a de barrar o inimigo soviético, mesmo que isso custe intervir na democracia de outros países. A articulação dos Estados Unidos no golpe militar de 1964 no Brasil demonstra a estratégia da área da política que o Estado imperialista utiliza para manter sua hegemonia e priorizar seus interesses, ao desaprovar as decisões do governo de João Goulart em relação às políticas nacionalistas e à Brizola desapropriar os bens de companhias estadunidenses do Brasil, ponto que evidencia a importância do capital industrial e do capital financeiro para os EUA, a tensão entre os países se encaminhou para a articulação inicial de Kennedy sobre o golpe militar.

No governo de Costa e Silva há evidências de alinhamento com os Estados Unidos e da utilização de estratégias imperialistas por parte do mesmo. Durante o governo de Costa e Silva a ideologia brasileira manteve-se alinhada com a dos Estados Unidos, sobretudo no ambiente doméstico, seguindo a intolerância e a caça aos comunistas. Na área da política externa, inicialmente o alinhamento com os Estados Unidos sofreu mudanças, porém logo em seguida Costa e Silva percebeu que para atingir o desenvolvimento econômico interno que pretendia, era preciso manter até certo ponto este alinhamento com o governo estadunidense. A partir do momento que o Brasil demonstrou se tornar mais independente do controle por

⁶⁹ (LENIN, 1982, p. 87 *apud* PARANÁ, E.; SILVA, 2020, p.54)

parte dos EUA e cogitou concorrer com o mercado estadunidense de café solúvel, a postura dos Estados Unidos mudou, aplicando medidas protecionistas e a estratégia na área econômica. A pressão estadunidense sobre as exportações brasileiras de café solúvel mostram como o imperialismo atual em frente a uma ameaça ou a um possível concorrente, essa pressão chegou ao ponto do Brasil aceitar taxar seu produto conforme a vontade dos Estados Unidos. Neste ponto o imperialismo estadunidense influenciou a política externa econômica no governo de Costa e Silva.

No governo de Jair Bolsonaro há uma ligação e similaridades com o ex-presidente estadunidense Donald Trump, esta ligação se dá no âmbito ideológico e político, pois Bolsonaro alinhou completamente sua política externa com a de Trump. O preço deste alinhamento e prioridade que Bolsonaro atribuía aos Estados Unidos trouxe consequências para o Brasil, durante a pandemia do Covid-19 Bolsonaro se alinhou com as ideologia de Donald Trump, o ex-presidente brasileiro espalhou diversas informações falsas a respeito da doença, assim como Donald Trump havia feito, a imagem do Brasil foi atribuída ao descaso de Jair Bolsonaro, o número de vítimas da Covid-19 no Brasil ficou atrás apenas dos Estados Unidos. A relação entre Brasil e China também sofreu consequências devido a este alinhamento de Bolsonaro com Trump, as falas xenofóbicas de Bolsonaro e o descaso com o país oriental também desfavoreceram a imagem do Brasil. O alinhamento do Brasil com os Estados Unidos não significou uma relação recíproca, as decorrências beneficiaram apenas os Estados Unidos, como no caso de suspender a necessidade de visto para estadunidenses entrarem no Brasil e pela questão dos EUA receberem o total apoio de Bolsonaro na forma que estavam atuando no sistema internacional. O alinhamento automático de Bolsonaro com Donald Trump resultou em uma imitação barata, Bolsonaro se tornou motivo de piada após dizer “I love you” para Trump em uma conferência da ONU, este fanatismo do ex-presidente brasileiro constrangeu a posição do Brasil em frente ao sistema internacional.

A principal diferença destacada ao longo do trabalho entre Costa e Silva e Jair Bolsonaro se encontra no seguinte ponto: durante o governo de Costa e Silva o ex-presidente teve de reconhecer que a importância dos Estados Unidos para o Brasil, sendo um grande parceiro comercial e fonte de investimentos, fazendo com que Costa e Silva cedesse aos desejos do país imperialista em relação às taxas na exportação de café solúvel. Já no governo de Jair Bolsonaro não houve a necessidade de reconhecer ou analisar esta relação, Bolsonaro voluntariamente ao assumir o cargo de presidente do Brasil alinhou suas políticas com a do ex-presidente estadunidense, colocando a si mesmo e o Brasil em posição de subserviência aos Estados Unidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Coi Lopes De. O gaudério simples e sestroso. **CooJornal**, Porto Alegre, jan. 1977. Cartas/Especial, p. 4.

ALTEMANI, Henrique O. **Política Externa Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005.

AMIN, Samir. **A crise do imperialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977. Biblioteca de Ciências Sociais.

ARAÚJO, Braz José. **Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)**. A Política Externa no Governo de Jânio Quadros. Volume 1 Crescimento, Modernização e Política Externa, 2ª edição. Editora Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2006.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [S. l.], n. 11, p. 89–117, 2013. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/2069>. Acesso em: 18 abr. 2023.

BALLESTRIN, Luciana. **Modernidade/Colonialidade sem Imperialidade? O Elo Perdido do Giro Decolonial**. DADOS, v. 60, p. 505-540, 2017.

BANDEIRA, Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BERRINGER, Tatiana; TEIXEIRA, Ana Paula Fonseca; SOPRIJO, Gabriel; AMPARO, Gabrielly Almeida Santos do. A política externa de Bolsonaro na pandemia. **Relações Brasil-EUA e a pandemia**, São Bernardo do Campo, SP, 2020.

BOTEGA, Leonardo da Rocha. **A política externa do governo Castelo Branco diante do conflito de santo domingo (1965)**. 2007. 31º Simpósio Nacional de História. Rio de Janeiro, RJ, 2021.

BUGIATO, C. Kautsky e Lenin: imperialismo, paz e guerra nas relações internacionais. **Revista Novos Rumos**, [S. l.], v. 54, n. 2, 2017. DOI: 10.36311/0102-5864.2017.v54n2.05.p24. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/8533>. Acesso em: 18 abr. 2023.

CAMPOS, T. de P. R. de; SANTOS, L. A. dos. A política externa bolsonarista e a aproximação com os Estados Unidos: o neopentecostalismo como catalisador de ideias: the Christian fundamentalism as unifying agent. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, [S. l.], v. 11, n. 22, p. 83–117, 2022. DOI: 10.30612/rmufgd.v11i22.14716. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/14716>. Acesso em: 12 abr. 2023.

CARVALHO, P. R.; SOUSA, P. C. C.; SCHNEIDER, M. A. F. Desinformação na pandemia: similitudes informacionais entre Estados Unidos e Brasil. **Em Questão**, v. 27, n. online, n. 3, p. 15-41, 2021. DOI: 10.19132/1808-5245273.15-41 Acesso em: 18 abr. 2023.

COSTA, Edmilson. **A globalização e o capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

CRISTOL, J. **The United States and the Taliban before and after 9/11**. 1 ed. London: Palgrave Macmillan, 2019.

DREIFUSS, René Armand. **1964, a conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1986.

DOMINGOS, C. A política externa independente é notícia: o Jornal Correio do Povo e a Guerra Quente no Brasil (1961-1964). **Em Tempo de Histórias**, [S. l.], n. 12, 2011. DOI: 10.26512/emtempos.v0i12.20056. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/20056>. Acesso em: 18 abr. 2023.

FERNANDES, Luis Eduardo. Imperialismo Tardio: notas sobre o seu debate recente. **Revista Fim do Mundo**, no 6, set/dez 2021.

FERREIRA, Paulo Sérgio Souza. **O imperialismo: os teóricos precursores e o debate contemporâneo**. São Paulo: FFLCH/USP, 2013.

FICO, Carlos. **Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. **O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FIGUEIRA, Ariane Roder. **Introdução à análise de política externa**. São Paulo: Saraiva, 2011.

FILHO, Leite. **Brizola tinha razão**. São Paulo: Celta, 1987.

FITZGERALD, David; RYAN, David. Obama and Iraq: **The „Dumb“ War**. In: Obama, US Foreign Policy and the Dilemmas of Intervention. Palgrave Macmillan UK, 2014. p. 25-51.

FRIEDEN, J. Sectoral conflict and US foreign economic policy, 1914-1940. In: LAKE et al. **The State and American foreign economic policy**. Ithaca; London: Cornell Univ., 1988.

GARDNER, L. A progressive foreign policy: 1900-1921. In: WILLIAMS, W. A. (Ed.). **From colony to empire: essays in the history of American foreign relations**. New York: Wiley & Sons, 1972.

GEHRE, Thiago. **A política externa brasileira durante os governos militares: idéias, práticas e imagens (1964 1984)**. 2012.

GOMES, Rodrigo. Coronel afirma que Fiesp subornou general para apoiar golpe contra Jango em 1964. **Rede Brasil Atual**. São Paulo, 19/02/2014. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2014/02/fiesp-subornou-general-para-apoiar-golpe-de-estado-em-1964-diz-coronel-reformado-6067/>>.

GONÇALVES, Samo Sérgio. **Nova Estratégia da Política Externa dos Estados Unidos no mundo pós-Guerra Fria**. Dissertação de Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2004.

HAASS, Richard N. Foreword. In: BLACKWILL, Robert D. **Trump's Foreign Policies Are Better Than They Seem**. CFR, Council Special Report No. 84, April 2019. Disponível em: <https://www.cfr.org/report/trumps-foreign-policies-are-better-they-seem>. Acesso em: 05/01/21.

HOBBSAWN, Eric J. **A Era dos Impérios 1875-1914**. 11.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

IKENBERRY, G. John. "America's Imperial Ambition." **Foreign Affairs**, vol. 81, no. 5, 2002, pp. 44–60. *JSTOR*, <https://doi.org/10.2307/20033268>. Accessed 18 Apr. 2023.

JÚNIOR, Carlos Nogueira da Costa. **Da opção ideológica à decisão pragmática: as relações econômicas entre Brasil e Estados Unidos de 1964 a 1969**. Tese de mestrado em Relações Internacionais - Programa de pós graduação em Relações Internacionais, Universidade de Brasília. Brasília, 2007.

KATZMAN, K. **Afghanistan: Post-Taliban Governance, Security, and U.S. Policy**. Congressional Research Service. Washington D.C., p. 105. 2010.

LAFEBER, W. **America, Rússia, and the Cold War, 1945-1996**. New York: **The Macgraw-Hill Comapnies, Inc.**, 1997. p. 240.

LAFER, Celso. **"Brasil: dilemas e desafios da política externa."** *Estudos Avançados* 14 (38), (2000): 260-267.

LENINE, Vladimir Ilitch. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. 3.ed. São Paulo: Centauro, 2005.

MAGDOFF, Harry. **A era do Imperialismo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.

MAGNOTTA, Fernanda. **Um Balanço da Política Externa da Era Trump**. Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI). Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://cebri.org/br/doc/34/um-balanco-da-politica-externa-da-era-trump#:~:text=Donald%20Trump%20chegou%20ao%20poder,voz%20de%20um%20movimento%20conservador>.

MANZUR, Tânia Maria Pechir Gomes. **A política externa independente (PEI): antecedentes, apogeu e declínio**. *Lua Nova*, São Paulo, v. 93, p. 169-199, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452014000300007>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452014000300007&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 15 jul. 2020.

MANZUR, T. M. P. G. 2009a. **Opinião pública e política exterior do Brasil (1961-1964)**. Curitiba: Juruá.

MANZUR, T. M. P. G. 2009b. **"Interesse nacional, idealismo e realismo na política exterior norte-americana: um falso embate? O debate entre Woodrow Wilson e Theodore Roosevelt nas eleições de 1912"**. In: DINIZ, E. (org.). *Estados Unidos: política externa e*

atuação na política internacional contemporânea. Belo Horizonte: PUC-Minas, v. 1, pp. 71-90.

MANZUR, Tânia Maria Pechir Gomes. **Opinião pública e política externa do Brasil do Império a João Goulart: um balanço historiográfico.** Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v. 42, n. 1, p. 30-61, jan./jun. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291999000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 ago. 2017. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73291999000100002> .

MARTINS, Rodrigo Perla. Política externa da ditadura civil militar brasileira: Governo Costa e Silva e as continuidades históricas na inserção internacional do Brasil. **XXVIII Simpósio Nacional de História**, p. 01-17, 2015.

MÉSZÁROS, István. **O século XXI: socialismo ou barbárie?** São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

MICHAEL, J. Boyle. **The costs and consequences of drone warfare.** Revista Internacional Affairs, 2013.

MORALES MARTINEZ, E. D.; SERVIDONI, T. R. A influência do complexo industrial-militar na Política Externa dos Estados Unidos da América após os atentados do 11 de Setembro. **Carta Internacional**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 127–152, 2019. DOI: 10.21530/ci.v14n1.2019.866. Disponível em: <https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/866>. Acesso em: 18 abr. 2023.

MUNTEAL, Oswaldo. **As reformas de base na era Jango.** Tese (Pós-Doutorado em Administração Pública) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2008.

MURGI, Rafael. **Grandes tradições teóricas em relações internacionais e o processo de apoio estatal à internacionalização de empresas.** 2013.

NETO, José Francelino G. **Os Fantasmas do Vietnã na Guerra ao Terror: a Política Externa de Barack Obama e a Tese das Duas Presidências.** Dissertação de Mestrado Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

PARANÁ, E.; SILVA, L. T. da. A Pertinência do Conceito de Capital Financeiro em Lenin para uma Leitura do Capitalismo Contemporâneo. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 46–78, 2020. DOI: 10.21057/10.21057/repamv14n1.2020.23393. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/23393>. Acesso em: 18 abr. 2023.

PECEQUILO, S. C. **A política externa dos Estados Unidos.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

PECEQUILO, Cristina Soreanu; FORNER, Clarissa Nascimento. **Barack Obama e o Oriente Médio: Um Panorama Crítico (2009/2017).** Carta Internacional, v. 12, n. 2, p. 101-125, 2017.

PEIXOTO, João P. Machado. Porquê os militares intervêm na política? **Brasil 1964, um estudo de caso.** in *Política & Estratégia*. Vol. IV, número 3. Julho – Setembro de 1986. São Paulo: Centro de Estudos Estratégicos Convívio. Sociedade Brasileira de Cultura.

PENA, L. P. J. FAKE NEWS: UMA BREVE ANÁLISE ACERCA DE SUA TRAJETÓRIA INTERNACIONAL, CONSEQUÊNCIAS POLÍTICAS E PERSPECTIVA JURÍDICA. **Revista Dizer**, v. 3, n. 1, 30 dez. 2018.

PINHEIRO, Letícia. *Política Externa Brasileira*. Coleção Descobrimo o Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. 81p

RIBEIRO, Darcy. **Aos trancos e barrancos: como o Brasil deu no que deu**. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1985.

RODRIGUES, A. Reis. O 11 de Setembro e a política externa americana. **Revista Relações Internacionais**, nº 3. Universidade Nova de Lisboa. Setembro, 2004.

ROIZ, da S. Uma 'nova' interpretação das origens do capitalismo?. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 297–303, 2009. DOI: 10.5007/1984-9222.2009v1n1p297. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2009v1n1p297>. Acesso em: 18 abr. 2023.

SANTORO, M. **Os Think Tanks e sua Influência na Política Externa dos EUA – A Arte de Pensar o Impensável** in TEIXEIRA, Tatiana. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2007, 268 páginas.

SARAIVA, Miriam Gomes. SILVA, Álvaro Vicente Costa. **“Ideologia e pragmatismo na política externa de Jair Bolsonaro.”** (2019).

SCHILLING, Paulo R. **Como se coloca a direita no poder: os protagonistas**. São Paulo: Global, 1979.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SLATER, David. (2007), “Imperial Power and Democratic Imaginations”. **Revista Sociedad y Economía**, no 12, pp. 60-78.

SMITH, John. **Imperialism in the Twenty-First Century: globalization, super-exploitation and capitalism's final crisis**. New York: Monthly Review Press, 2016. _____ . **Imperialism and the Globalization of Production**. University of Sheffield, 2010.

_____. **A critique of David Harvey's analysis of imperialism**. Monthly Review Online. 2017.

SODRE, Nelson Werneck. Era o golpe de 1964 inevitável? In: TOLEDO, C. N. (Orgs.). **1964: visões críticas do golpe**. Campinas: UNICAMP, 1997.

SOUTH CHINA MORNING POST. **What is the US-China trade war?**. 13 abr. 2020. Disponível em:

<<https://www.scmp.com/economy/china-economy/article/3078745/what-us-china-trade-war-how-it-started-and-what-inside-phase>.

SOUZA, Antonio Lezuan Ferreira. **A Influência dos Estados Unidos na Crise Brasileira de 1961 a 1964**. Trabalho de Conclusão de Curso do Centro Universitário de Brasília do curso de licenciatura em História. 2005.

SOUZA, E. C. B. F. DE. POLÍTICA EXTERNA DO REGIME MILITAR E A INFLUÊNCIA NORTE-AMERICANA EM CADA GOVERNO. **O Cosmopolítico**, v. 8, n. 1, p. 149-163, 18 maio 2022.

TEIXEIRA, Tatiana. Rio de Janeiro: **Editora Revan**, 2007, 268 páginas.

THE WHITE HOUSE, 2017c. **National Security Strategy of the United States of America, 17/12/2017**. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2017/12/NSS-Final-12-18-2017-0905.pdf>.

TODD, E. **Depois do Império**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. **Collor: a cocaína dos pobres: a nova cara da direita**. São Paulo: Ícone, 1989.

VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. **A jangada do sul: Getúlio, Jango e Brizola**. São Paulo: Casa Amarela, 2005.

VIANA, Suhayla Mohamed Khalil. Política externa independente: fundamentos e reflexos nas relações internacionais do Brasil (1961-1964). **Simpósio brasileiro de banco de dados**, ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009., p. 01-10, 2009.

VIDIGAL, C. E. Bolsonaro e a reorientação da política exterior brasileira . **Meridiano 47 - Journal of Global Studies**, [S. l.], v. 20, 2019. DOI: 10.20889/M47e20011. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/27792>. Acesso em: 12 abr. 2023.

VIZENTINI, Paulo F. **Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990) Volume I** Crescimento, Modernização e Política Externa. Editora Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2006.

WOOD, Ellen Meiksins. **A origem do capitalismo**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. 143p.